

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE LÍNGUA E LITERATURA VERNÁCULAS
CURSO DE LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS

Tamara Nolasco Telles Reis

Língua, raça e nação: elementos para o debate acerca da constituição da língua
nacional no Brasil

Florianópolis

2022

Tamara Nolasco Telles Reis

Língua, raça e nação: elementos para o debate acerca da constituição da língua nacional no Brasil

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Letras, habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Cristine Gorski Severo, Dra.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Reis, Tamara Nolasco Telles

Língua, raça e nação : elementos para o debate acerca da
constituição da língua nacional no Brasil / Tamara Nolasco
Telles Reis ; orientadora, Cristine Gorski Severo, 2022.
60 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Comunicação e Expressão, Graduação em Letras Português,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Letras Português. 2. Língua nacional. 3. Ideologias
linguísticas. 4. Nação. 5. Raça. I. Severo, Cristine Gorski.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Letras Português. III. Título.

Tamara Nolasco Telles Reis

Língua, raça e nação: elementos para o debate acerca da constituição da língua nacional no Brasil

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso Graduação em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas.

Florianópolis, 25 de março de 2022.

Prof.a Carla Regina Martins Valle, Dra.
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Cristine Gorski Severo, Dra.
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Alexandre Cohn da Silveira, Dr.
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Ana Cláudia Fabre Eltermann, Doutoranda
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Cristine Severo, pelo privilégio de ter sido sua orientanda e aluna na graduação, pela orientação, pela leitura atenta que me direcionou a todo momento. Agradeço as indicações de leitura, o carinho e o incentivo. Mas principalmente, agradeço a sua leveza e a sua generosidade na partilha do conhecimento.

À Ana Eltermann e ao Alexandre Silveira, pela leitura atenta do trabalho, pelas sugestões valiosas, pelo carinho e incentivo.

À minha companheira, Cris Sabino, pela vida compartilhada, sempre colorida, pelo afeto e pela poesia que é partilhar a vida a seu lado. Agradeço a sua escuta atenta sempre quando eu falava a respeito do projeto, os questionamentos que também me instigavam a procurar respostas, os livros emprestados, a leitura do trabalho e as ricas sugestões.

À minha mãe, Marise, pelo amor e o cuidado contínuo em me estender a mão, pelo incentivo, pelas comidinhas congeladas, que me entregava de tempos em tempos, preparadas com tanto carinho que muito me auxiliaram, nesses tempos pandêmicos, em uma rotina tão atribulada de trabalho e estudo. À minha ibeji, Maitê Nolasco, pelo interesse na minha escrita, ao longo de toda a graduação, pelas trocas, pela parceria desde o útero de nossa mãe. Ao meu pai, Helman, pelo encorajamento, pelos diálogos e pelo interesse em meu trabalho.

À minha querida avó Therezinha (*in memoriam*), à tia Denise, à tia Andresa e ao tio Édio que de diferentes formas, ao longo da minha trajetória, foram um apoio para que eu chegasse até aqui.

Às amigas do “amor coletivo”, Anaíra, Ananda, Ângela, Paula e Raíza pelos dias intensos vividos no “EIV SC 2015” que me fizeram não largar a mão de vocês nunca mais. Esse evento foi um divisor de águas em minha percepção política da sociedade. Gratidão por acreditarem em um mesmo projeto de mundo. Agradeço à vida por me permitir cruzar a minha caminhada com as de vocês, mulheres maravilhosas que tanto me fortalecem e inspiram. Ainda que espalhadas por esse Brasil, todas vocês são uma presença diária em minha mente e coração.

Às “minduins” do meu coração, Camilie, Gibs, Júlia, Karlinha e Manoella por poder contar sempre com vocês e por preencherem a minha vida com tantas histórias memoráveis, risadas, carinho, viagens e sambinhas. A vida é bem melhor porque tenho essas mulheres, a quem tanto admiro, compartilhando a mesma caminhada.

Aos amigos dos primeiros dias de trabalho na UFSC, Milano, Ana Corina e Marina, pelos diálogos construtivos, pelos almoços compartilhados, pelo incentivo e pelo carinho.

Aos colegas da BU, Adriano e Tatiana, pela compreensão e incentivo permitindo que eu compensasse o horário de trabalho, quando foi preciso para dar continuidade a minha formação. E às colegas Liliane e Manoela, pela compreensão e por cobrirem a minha ausência nesses momentos.

Às professoras e aos professores do curso de Letras Português, pela minha formação e pelos ensinamentos. Aos Técnicos Administrativos em Educação e aos trabalhadores terceirizados da UFSC, pois esta universidade não seria possível sem o trabalho de vocês.

À Universidade Federal de Santa Catarina, pela educação pública, gratuita e de qualidade. Vida longa!

português –
gente e língua –
todo dia me ensina
a violência que transita
entre o silêncio e a palavra

[...]

que cala e diz
o mesmo
que quem cala e diz que o que falo é
brasileiro
um português mal falado

português –
gente e língua –
todo dia me ensina
sobre o dito e o interdito
o que se mostra e o que se esconde
sobre quem como e onde
violentamente
cala ou é calado.

(SOARES, 2021)

RESUMO

A concepção abstrata de língua, entendida como um sistema dentro de si mesma, é insustentável, pois está descolada da realidade e das dinâmicas sociais. O processo de estudo, categorização e hierarquização das línguas, concebido pela tradição greco-romana de estudos da linguagem, desenvolveu-se vinculado a projetos políticos e econômicos, para atender à criação e consolidação de mecanismos de dominação e exploração humana. Buscamos apontar o uso político, ideológico e simbólico das línguas na formação dos estados nacionais, e a relação destas com o conceito de raça. As línguas nacionais aparecem como constructos semiartificiais, invenções, porque estiveram sujeitas a intervenções políticas e sociais. A formação sócio-histórica brasileira foi marcada pela escravidão, e nela influíram ideologias raciais e linguísticas que moldaram crenças e valores a respeito da língua em nossa sociedade. Esta pesquisa se baseia na revisão bibliográfica e análise crítica da relação mútua entre língua e raça, no contexto de emergência da nação brasileira e das discussões acerca da língua nacional, no século XIX. Pretende-se, aqui, evidenciar de que forma os conceitos de língua, raça e nação estão articulados, nas esferas política, social, cultural, intelectual e escolar na particularidade brasileira oitocentista.

Palavras-chave: Língua nacional. Língua. Raça. Nação. Ideologias linguísticas.

ABSTRACT

The abstract conception of language, understood as a system within itself, is unsustainable as it is detached from reality and social dynamics. The process of studying, categorizing and ranking languages, conceived by the Greco-Roman tradition of language studies, was developed linked to political and economic projects, to meet the creation and consolidation of mechanisms of domination and human exploitation. We seek to point out the political, ideological and symbolic use of languages in the formation of national states, and their relationship with the concept of race. National languages appear as semi-artificial constructs, inventions, because they have been subject to political and social interventions. The Brazilian socio-historical formation was marked by slavery, and it was influenced by racial and linguistic ideologies that shaped beliefs and values about language in our society. This research is based on the bibliographic review and critical analysis of the mutual relationship between language and race, in the context of the emergence of the Brazilian nation and the discussions about the national language, in the 19th century. It is intended to show how the concepts of language, race and nation are articulated, in the political, social, cultural, intellectual and school spheres in the Brazilian particularity of the 19th century.

Keywords: National language. Language. Race. Nation. Linguistic ideologies.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... | 10 |
| 1.2 JUSTIFICATIVA..... | 19 |
| 1.3 OBJETIVOS..... | 20 |
| 1.3.1 Objetivo Geral..... | 20 |
| 1.3.2 Objetivos Específicos..... | 20 |
| 1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 20 |
| 2 CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM E TRADIÇÕES LINGUÍSTICAS..... | 22 |
| 3 LÍNGUA, RAÇA E NAÇÃO..... | 31 |
| 4 O CONTEXTO BRASILEIRO: A EMERGÊNCIA DA NAÇÃO E AS DISCUSSÕES ACERCA DA LÍNGUA NACIONAL NO SÉCULO XIX..... | 45 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 55 |
| REFERÊNCIAS..... | 57 |

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se propôs a analisar criticamente, através de uma revisão bibliográfica, como as concepções de língua, nação e raça relacionam-se e atravessam as disputas pelas identidades nacionais, contribuindo para delinear ideologias linguísticas. E como essa relação se deu na emergência da língua nacional, focalizando a particularidade brasileira no âmbito do século XIX. Assim, apresentamos nesta introdução um panorama amplo do papel da língua na sociedade até o século XIX. Uma vez que existiram elementos simbólicos que surgiram até esse momento, os quais estiveram também presentes na discussão em torno da língua nacional no século XIX, como a necessidade de uma unidade linguística e políticas linguísticas que começaram a ser construídas anteriormente, mas que apresentaram resultados mais efetivos no século XIX. No capítulo dois, retomamos a concepção de língua, a qual começa a ser tratada nesta introdução, e apresentamos a posição conceitual assumida no trabalho – uma posição integracionista. Em diálogo com essa noção, apontamos, ainda, a existência de diferentes genealogias e tradições em estudos da linguagem, refletindo em diferentes percepções da língua na sociedade. Enfatizamos a tradição greco-romana para resgatar como os portugueses replicaram o mesmo modelo de uso da língua nos países por eles explorados e para indicar um imaginário de língua, a exemplo dos ideais de uma língua “pura”, “correta” e “verdadeira”, que surgiu dentro dessa tradição e foi retomado no século XIX. No capítulo três, apresentamos os atravessamentos entre as noções de língua, raça e nação. Procuramos mostrar como essas noções se relacionam e se impactam reciprocamente. No capítulo quatro, focamos o estudo na particularidade brasileira, refletindo a respeito da emergência da nação e apresentando as discussões estabelecidas, no século XIX, no tocante à língua nacional. Ao fim, manifestamos as limitações do trabalho e projetamos a possibilidade de futuras pesquisas.

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O que é língua? Quando fazemos a nós mesmos essa pergunta, quais pensamentos nos ocorrem? A tarefa de conceituar o que vem a ser língua ou linguagem não é tão simples, visto que a sua definição está relacionada a múltiplas e, não raro, distintas práticas discursivas e sociais, marcadas pela escrita, pela oralidade e por sinais¹, mutáveis conforme o tempo, o espaço e as diferentes culturas e abordagens. Panoramicamente, para Yngve (1996 apud Makoni, 2018, p. 391) a língua é percebida em diferentes sentidos, como um

Fenômeno natural, o objeto da ciência, um tipo de faculdade, um tipo de sistema, como comportamento voluntário, como algo usado, como algo ensinado e aprendido, como tendo elementos aprendidos, como tendo padrões, como algo falado, ouvido e aprendido, como algo processado, como algo conhecido e estruturado, como algo produzido e compreendido como dados.

Registradamente, desde a idade antiga, o estudo da linguagem tem sido objeto de interesse da humanidade, passando ao longo do tempo por reflexões de filósofos, filólogos e linguistas. Tal fato resultou em diferentes tradições linguísticas que trouxeram diversas narrativas e abordagens a respeito da língua, sendo a história do Brasil e o nosso entendimento de linguagem marcadamente influenciado pela tradição greco-romana. A tentativa humana de compreender o que vem a ser a linguagem passou desde a necessidade de entender o que é essa habilidade que – dentro de uma visão antropocêntrica – tanto nos diferencia de outros animais e o seu funcionamento, até por anseios filosóficos e políticos de descrever e questionar o uso da língua para tirar-lhe um melhor proveito prático para a coletividade, seja para fins comunicativos, religiosos, esotéricos, morais, seja para fins literários ou para uma melhor organização da vida social.

Ao longo da história, as relações entre língua e sociedade combinaram-se com sistemas de mundo distintos, tanto no âmbito econômico como político, sendo imprescindível dirigir o olhar para o capitalismo mercantil e para o capitalismo industrial para entendermos como as teorias envolvendo a linguagem e teorias raciais e biologizantes complementaram-se, dando sustentação a esses sistemas. As teorias rácio-

¹ As línguas de sinais sofreram um apagamento durante muito tempo, tendo sua condição linguística reconhecida somente a partir da década de 60. A língua brasileira de sinais (LIBRAS) foi reconhecida como “meio legal de comunicação e expressão”, pelo Senado Federal, apenas em 2002, através da Lei n. 10.436. Sendo que ainda há uma série de apelos pejorativos, estigmas, crenças e preconceitos ao seu redor. (Cf. GESSER, 2009).

linguísticas foram necessárias para consolidar esses sistemas político-econômicos capitalistas e, ademais, constituíram a formação da identidade nacional, principalmente a partir do momento em que o Brasil começou a refletir mais profundamente sobre sua unidade, no processo de construção de um Estado-nação, entre os séculos XIX e XX, e passou a discutir qual seria a sua língua nacional². Para chegar a este ponto, a língua desempenhou diferentes papéis durante os séculos anteriores que influenciaram as ideologias linguísticas presentes na constituição da nação, uma vez que foi utilizada como ferramenta para propósitos de dominação e exploração humana, de conversão religiosa, de hierarquização de sujeitos e culturas, de inscrição de sujeitos em teorias racializantes, de controle ideológico e social, de assimilação ou exclusão de outras práticas, de relações de poder etc (HELLER; MCELHINNY, 2017).

Essas teorias racializantes respondiam a autoridades que não eram aceitas universalmente: ora a uma autoridade divina, em que justificativas religiosas dadas pela Igreja, em associação às monarquias europeias, serviram aos projetos colonialistas expansionistas; ora a uma autoridade científica, em que a ciência produziu argumentos, em termos biológicos e evolucionistas, para legitimar projetos imperialistas (HELLER; MCELHINNY, 2017). Em ambos os projetos, colonialista e imperialista, a língua foi marcada pela alteridade de maneira negativa, ou seja, a língua do outro – entendido como o sujeito desumanizado e estabelecido em uma contraposição aos sujeitos “eu” ou “nós” branco europeu – foi inferiorizada, reinventada, silenciada e, em muitos casos, apagada.

As autoras Heller e McElhinny (2017) afirmam que o colonialismo criou a ideia de “nós” e os “outros” – muitas vezes de forma não-binária, mas criando escalas de diferenciação –, baseada em raça e religião, para justificar que alguns indivíduos possuíam a capacidade de governar a si mesmos e outros não. Visando garantir a posse da terra invadida, comerciantes e missionários procederam não só em mapeá-la, nomeá-la em sua própria língua, descrevê-la e defini-la, como também operaram para classificar e se diferenciar dos povos que encontraram. Para tanto, eles se valeram de ferramentas para criar e desenvolver uma língua de comando, e para isso utilizaram afinidades e a noção de parentesco entre as línguas, com a noção de hierarquia entre elas. Toledo (2020, p. 7) explica que “ao mesmo tempo em que linguistas e filólogos descortinavam a

² É importante notar que no século XIX não se falava em língua oficial, mas sim em língua nacional. Mas o que estava em debate, no século XIX, seria o que no século XXI nomeamos de língua oficial do país.

variedade das línguas do mundo, ansiavam por fixar-lhes uma unidade em uma única origem, muitos deles reconstruindo a língua primitiva por meio da comparação”. No que tange à construção do conceito de nação, Rajagopalan (2003b, p. 89), ao analisar a articulação entre linguagem e xenofobia, observa que “a ideia do Outro faz parte constitutiva da maneira como conceituamos tanto a língua como a pátria”.

No século XV, os missionários ligados à Igreja Católica estiveram entre os primeiros viajantes das explorações marítimas europeias. E foi no final desse século que os colonizadores portugueses invadiram o território que conhecemos, atualmente, como Brasil. Os missionários, não só aqui, mas igualmente em outras partes do mundo, estabeleciam-se nas comunidades a serem dominadas, estudando, registrando e aprendendo suas línguas para depois impor seus próprios valores e realizar a conversão dos falantes, dessas comunidades, às suas crenças. Assim, segundo Heller e McElhinny (2017), os missionários ocupavam-se de uma série de questões linguísticas: se a língua indígena era adequada para pregar o evangelho; qual língua indígena poderia ser utilizada para missionarização de áreas multilíngues; quantos falantes a língua precisaria ter para valer a pena o processo de missionarização; como mudar a língua indígena para torná-la uma ferramenta adequada ao cristianismo; como lidar com a enorme variedade de línguas faladas nesses territórios; e como padronizar e simplificar as línguas para facilitar o aprendizado e a escrita, segundo os valores de educação e transmissão de conhecimento dos dominadores.

Ou seja, esses missionários não estavam interessados em qualquer língua indígena, mas somente naquelas com as quais poderiam alcançar um maior número de almas. Para trabalhar essas questões, eles criaram ideologias linguísticas que estabeleciam hierarquias entre linguagem escrita e linguagem oral, entre línguas cristãs e línguas pagãs, entre outras. As antropólogas linguísticas Irvine e Gal (2000) propõem que as ideologias linguísticas são os esquemas conceituais, envolvendo língua e relações sociais, que estão impregnados por questões políticas e morais dos falantes, linguistas e outros observadores que os levam a interpretar a língua de uma determinada forma e a diferenciar uma língua de outra. A noção de língua está sujeita aos interesses da posição social de cada um desses participantes.

Além disso, os missionários elegiam e reduziam uma das línguas, com a qual tinham travado contato e percebiam ser amplamente utilizada pelos colonizados, a um

modelo metalinguístico europeu, instrumentalizando e “inventando” uma “língua geral” para comunicação. Makoni e Pennycook (2015) trabalham com a ideia de que as línguas, as metalinguagens e seus conceitos são uma “invenção”, porque recebem intervenção social, histórica e cultural, servindo a missões religiosas, projetos colonialistas, imperialistas e nacionalistas. A descrição de línguas de povos colonizados refletiu os discursos dos missionários e administradores, “ao invés de refletir efetivamente os usos linguísticos dos colonizados” (idem, p. 13). Para os autores, a ideologia da invenção impõe como as formas linguísticas são constituídas em cada língua, além de atuar na demarcação do que conta como língua. No caso do Brasil, esse procedimento foi utilizado pelos missionários na instrumentalização e invenção de uma língua geral – a língua tupi; e mais tarde, por diferentes atores, na instituição da língua nacional.

Auroux (2009 apud Lima, 2017, p. 115) afirma que as gramáticas do período colonial serviram como instrumentos linguísticos, “criando regularidades onde há variação, criando equivalências e impondo sentidos culturais onde há alteridades, forjando a fixidez da escrita onde há oralidades, memórias e experiências fluidas”. De maneira semelhante, Mariani (2003) sustenta que a *colonização linguística* portuguesa foi pautada pela ideologia do déficit, em que desde os primeiros contatos com as línguas dos povos originários do Brasil, as observações feitas pelos colonizadores portugueses era de que lhes faltavam as letras R, F e L. E que isto se materializava na ausência “*de um poder religioso, de um poder real central e de uma administração jurídica*” (p. 75, grifo da autora). Ou seja, para os colonizadores as letras R, F e L estavam relacionadas à ausência de rei, fé e lei. Como a organização religiosa e político-jurídica desses povos eram diferenciadas e não cabiam no modelo conhecido pelos colonizadores, as diferenças epistemológicas foram desconsideradas e os colonizadores atribuíram àqueles a pecha de não civilizados, aponta a autora. A noção de colonização linguística, apresentada por Mariani (2003, p. 73), compreende o processo histórico que reuniu “a realeza e a igreja portuguesas em um projeto político-lingüístico em larga medida comum e simultaneamente nacional e internacional” e que só pôde ocorrer, enquanto acontecimento, pela mediação das línguas. O imaginário e simbologia que se constrói a respeito das línguas, a partir desse momento, implicou na constituição da língua nacional, conforme observa Mariani (2003, p.74):

Aquela que virá a ser a língua nacional se organiza justamente aí, nessa disputa por espaços de comunicação, em meio ao confronto entre políticas de sentidos das línguas em confronto/contato, ou seja, entre diferentes produções de sentidos e de práticas sócio-históricas que se encontram ligadas a cada língua específica.

No intercurso da consolidação colonial, já no século XVIII, as reformas pombalinas³ impuseram que somente se poderia falar, escrever e ensinar a língua portuguesa no Brasil. Essa determinação tinha o intuito de garantir o espaço geográfico do Brasil colônia, então recém-remarcado pelo Tratado de Madrid (1750)⁴. Embora a instituição da lei não tenha alcançado um efeito prático amplo e imediato, seja por disputas entre jesuítas, colonos e governadores, seja por falta de escolas e professores, a realidade é que ao longo do tempo efetivou-se uma nova política de silenciamento das línguas indígenas: “Marginalizados e depreciados seus falantes, a sociedade progressivamente deixou de ouvir suas vozes, tidas como bárbaras e inferiores” (FARACO, 2016, p. 101).

A partir do *Diretório dos Índios* (1757) passou a existir, por mais que não fosse totalmente cumprida, como aponta Faraco (2016), uma política linguística sistematizada para difusão da língua portuguesa em nosso território, que até então não era a prioridade. Esse momento foi importante para articular, mais adiante, a formação do Estado nacional brasileiro, pois a promoção da língua nesse período guardou a memória do orgulho de sua filiação ao latim – aspecto explorado por Portugal – e contribuiu para a noção imaginária de necessidade de unidade linguística na classe dominante, repercutindo políticas monolíngues que estiveram presentes na escolha da língua nacional. Sobre essa noção imaginária, observa Mariani (2004 apud Faraco, 2016, p. 113):

As línguas indígenas e a língua geral vão ficando cada vez mais ausentes na construção discursiva oficial da história da colonização e na história do próprio português. São submetidas à memória e à escrita portuguesas. Ficam enquadradas e categorizadas nas gramáticas como brasileirismos, como listas de topônimos ou como palavras que designam elementos específicos da flora e da fauna. Num único gesto interpretativo, enquadram-se as línguas, silenciam-se os conflitos e excluem-se as diferenças.

³ Políticas elaboradas pelo ministro português Marquês de Pombal, em 1757. A lei “Diretório dos Índios”, dentre outras coisas, proibia o uso de qualquer idioma que não fosse o português, no Brasil. As reformas pombalinas visavam valorizar o português, bem como retirar poder dos jesuítas que até então tinham autonomia nas políticas linguísticas escolhidas para impor a catequização a indígenas e para explorar sua força de trabalho, num momento em que começava a se materializar a divisão entre poder civil e poder religioso na Europa.

⁴ Acordo firmado entre Portugal e Espanha para redefinir as fronteiras de suas colônias sul-americanas, substituindo o Tratado de Tordesilhas (1494).

No século XIX, no mesmo momento em que uma crise capitalista levou as potências mundiais a retalharem, através de fronteiras arbitrárias – causando um problema no tocante às línguas faladas nesses espaços tanto no momento dessa invasão como por ocasião da constituição dos Estados pós-coloniais –, o território da África⁵ em seus projetos neocolonialistas, esses discursos categorizadores adentraram nos meios acadêmicos e políticos, paralelamente quando o ser humano passou a ser objeto científico, resultando no racismo científico, como aponta o filósofo Silvio Almeida:

O espírito positivista surgido no século XIX transformou as indagações sobre as diferenças humanas em indagações científicas, de tal sorte que de *objeto filosófico*, o homem passou a ser *objeto científico*. A biologia e a física serviram como modelos explicativos da diversidade humana: nasce a ideia de que características biológicas – determinismo biológico – ou condições climáticas e/ ou ambientais – determinismo geográfico – seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes *raças*. Desse modo, a pele não branca e o clima tropical favoreciam o surgimento de *comportamentos imorais, lascivos e violentos*, além de indicarem *pouca inteligência*. (ALMEIDA, 2019, p. 29, grifo do autor).

Sobre este mesmo período, o filósofo Étienne Balibar (2021a, p. 105) também comenta que “as nações europeias, ou euro-americanas, em concorrência ferrenha pela partilha colonial do mundo se reconheceram como comunidade e com uma ‘igualdade’ nessa própria concorrência, que elas batizaram de ‘branca’.” Assim, o racismo científico e a noção de “nacionalismo” já aparecem historicamente articulados. E os estudiosos da linguagem da época contribuíram com o projeto, criando a ideia de que existiam “línguas civilizadas” e “línguas primitivas”. No Brasil, essas teorias entraram em campo, no momento em que intelectuais brasileiros como Sílvio Romero, Joaquim Nabuco e Nina Rodrigues elucubravam acerca da língua e identidade nacionais. Na particularidade brasileira, a discussão ocorreu vinculada à “miscigenação racial”, como questão central para alcançar a direção da nação, onde o “Brasil era apontado como um caso único e singular de extremada miscigenação racial. Um ‘festival de cores’ (Aimard, 1888) na opinião de certos viajantes europeus, uma ‘sociedade de raças cruzadas’ (Romero, 1895)” (SCHWARCZ, 1993, p. 11). Segundo Schwarcz (1993, p. 13), “a mestiçagem existente no

⁵ A Conferência de Berlim, realizada em Berlim, entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, regulou o Direito Internacional Colonial, definindo regras internacionais para a ocupação das potências mundiais no continente africano. Até então a exploração dos povos e da riqueza desse espaço geográfico era feita sem um regramento jurídico. Ocorreu, então, a partição do território da África entre os países Bélgica, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália, Portugal e Espanha.

Brasil não só era descrita como adjetivada, constituindo uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação”.

Neste trabalho parto do princípio de que a língua não é apenas um dado natural ou um objeto de estudo que possa ser dissociado das relações de poder, políticas e econômicas, e das práticas sociais e culturais; existe uma relação dialética entre língua e sociedade. Como observa Bagno (2012, p. 63) “as línguas moldam as sociedades e são moldadas por ela, num intrincado jogo de relações, nunca igualitárias”. A área da linguística, assim como qualquer outra ciência, não consegue ser neutra; a abordagem teórica parte, sempre, de uma escolha política e de uma determinada posicionalidade⁶. Rajagopalan (2003a) defende que nenhuma teoria sobre a linguagem é neutra e que a reclamada neutralidade por parte de muitos linguistas é uma herança positivista, filosofia esta que imperava no momento em que a linguística se consolidou enquanto disciplina autônoma, no início do século XX. O autor argumenta que “[...] *todas* as teorias sobre a linguagem *necessariamente* contêm marcas de determinado posicionamento ideológico ou outro por parte de quem as constrói e, por conseguinte, terão necessariamente implicações éticas” (idem, p. 56, grifo do autor), e continua:

Na medida em que todo posicionamento ético envolve a defesa de certos valores em oposição a outros, ou seja, a *hierarquização* de valores, a hipótese tal qual se acha formulada neste trabalho redundando em que *todas* as distinções são no fundo hierarquias (às vezes muito bem disfarçadas ou ‘maquiadas’). No caso da linguística, aqui estão alguns exemplos mais ilustrativos: língua vs. dialeto, língua vs. fala, fala vs. escrita, locutor vs. destinatário, língua materna vs. língua estrangeira, (falante) nativo vs. estrangeiro, e assim por diante. (idem, *ibidem*).

Assim, as ideologias linguísticas moldam crenças, ideias e sentimentos de pertencimento, identidades, controlam representações simbólicas da realidade, nomeiam, classificam, atribuem valores e modulam a estrutura e o uso da linguagem.

O Brasil, último país do Ocidente a abolir a escravidão, foi a região para onde mais foram trazidos, forçadamente, africanos escravizados⁷, com diversidade étnica e

⁶ As linguistas Heller e McElhinny (2017) explicam que o conceito de *posicionalidade* surgiu na década de 60, acionado pela decolonização e por movimentos que clamavam por justiça social, em uma tentativa de ampliar pontos de vista. Tornou-se mais difícil para pesquisadores sustentarem que o conhecimento é neutro, universal e objetivo. Assim, vários deles passaram a questionar de onde vinham as ideias centrais de suas disciplinas e que tipos de conflitos poderiam surgir nesse debate.

⁷ O website “Slave voyages” reúne um banco de dados do tráfico de escravos no Transatlântico, a partir do trabalho de uma equipe multidisciplinar que compilou dados encontrados em bibliotecas e arquivos de todo o mundo atlântico. A estimativa apontada por eles é que, entre 1500 e 1888, 5.848.266 africanos

linguística, e o contato das suas línguas – sobretudo o quimbundo, quicongo e umbundo – com o português clássico ou arcaico provocou mudanças neste, em vários níveis linguísticos (fonético, sintático, morfológico, entre outros), resultando no português brasileiro. A respeito das heranças africanas no português brasileiro, Castro (2005) destaca que o sistema de ensino brasileiro é conservador e elitista, pois mesmo sabendo de toda a herança africana que temos, seja na linguagem ou na cultura, não há interesse em um aprofundamento no estudo dessas línguas. O interesse nessas raízes é mantido no âmbito do folclórico e do lúdico. Levando a autora à conclusão de que a decisão de trabalhar uma linguística afro-brasileira é uma decisão política e que é preciso admitir que os africanos foram os principais responsáveis pela difusão da língua portuguesa no território brasileiro. “Testemunho maior de negação da legitimidade das línguas negro-africanas no Brasil é o seu afastamento, com raras e eventuais exceções, dos departamentos de línguas e de linguística das universidades brasileiras [...]” (CASTRO, 2005, p. 70). A mudança linguística é um fenômeno inerente às línguas, portanto é inevitável que o português tenha sofrido alterações no Brasil. As políticas linguísticas adotadas, desde a invasão dos portugueses, foram inadequadas para a realidade plurilíngue existente, ajudando a criar o mito do monolinguismo⁸, um dos pressupostos do modelo de Estado nacional.

Em um primeiro momento, as línguas indígenas e africanas só importavam em um contexto colonial de missionarização e de controle dos escravizados; num segundo momento, na emergência do Estado nacional, em que se tentava criar uma coesão interna e estabelecer um pensamento social brasileiro, essas contribuições linguísticas eram vistas negativamente, como geradoras de incorreções, “impurezas” e “deformações” na emergente língua nacional. Sendo assim, a pergunta central neste trabalho é: como as concepções de língua, nação e raça relacionam-se e atravessam as disputas pelas identidades nacionais? E como essa relação se deu na particularidade brasileira?

escravizados tenham sido transladados para o Brasil. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/>.

⁸ Segundo OLIVEIRA (2010, p. 1) “A concepção que se tem do país é a de que aqui se fala uma única língua, a língua portuguesa. Ser brasileiro e falar o português (do Brasil) são, nessa concepção, sinônimos. Trata-se de preconceito, de desconhecimento da realidade ou antes de um projeto político – intencional, portanto – de construir um país monolíngüe?”, uma vez que neste território, ainda hoje, registra-se por volta de 200 línguas.

Tendo feito essa apresentação panorâmica da questão, a seguir apresento uma breve justificativa e os objetivos geral e específicos do trabalho, bem como os procedimentos metodológicos.

1.2 JUSTIFICATIVA

A área de estudos da linguagem ainda é majoritariamente marcada por abordagens que analisam a língua de maneira abstrata, como um sistema em si mesmo, eximindo-se do debate político e contribuindo, assim, para a perpetuação de um imaginário linguístico equivocado, marcado por dualismos, em nossa sociedade. Deparei-me com abordagens que se preocupam com a forma e as implicações de como língua, sujeitos e práticas discursivas e sociais se relacionam somente ao fim da graduação. Essa nova possibilidade de olhar para a língua, através da linguística crítica, perceber o quão complexo é defini-la, uma vez que ela está envolta por diferentes narrativas, necessariamente relacionadas a questões históricas, políticas e ideológicas, alterou completamente a maneira com que passei a encarar a linguagem. Compreender que existem histórias para serem recontadas e que falar sobre línguas exige necessariamente partir de uma determinada posição, fizeram-me interessar por como os conceitos de língua e raça estão imbricados, mutuamente, e em como os mesmos moldaram a identidade nacional e definiram a língua nacional, no Brasil, contribuindo para uma estrutura de sociedade desigual.

Assim, é necessário discutirmos aquilo que entendemos por língua e compreendermos quais ideologias e relações de poder atravessam diferentes políticas linguísticas. Este trabalho pretende, nesse sentido, contribuir para evidenciar a dimensão política, ideológica e simbólica no uso das línguas. Buscamos mostrar como a dialética entre língua e raça, num contexto em que as teorias raciológicas dominaram todas as áreas do conhecimento humano e da política, desdobrou na hierarquização de sujeitos e culturas, e concorreu, historicamente, para um processo de apagamento e/ou silenciamento das heranças africanas e indígenas do imaginário da nação e do português brasileiro.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar o processo sócio-histórico e político que contribuiu para moldar ideologias linguísticas que reverberam atualmente, enfocando o contexto brasileiro e a articulação entre língua, raça e nação.

1.3.2 Objetivos Específicos

Discutir o conceito de língua em diálogo com as tradições linguísticas e a história sociolinguística, atentando para como os saberes sobre a linguagem contribuíram para moldar ideologias linguísticas que foram ressignificadas pelas teorias de cunho racial e pelos nacionalismos. Demonstrar as relações políticas, econômicas e sociais entre língua, nação e raça na constituição das identidades nacionais. Pesquisar como essas relações aparecem em torno da emergência da língua nacional, na particularidade brasileira, focalizada no século XIX, de modo a evidenciar como a representação das diferentes línguas existentes – portuguesa, africanas e indígenas – foram historicamente construídas e politicamente motivadas.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se baseia em revisão bibliográfica e análise crítica da relação entre língua e raça no contexto de emergência da ideia de nação brasileira e língua portuguesa no Brasil. Para tanto, foi realizado um levantamento das bibliografias em vista das categorias centrais – língua, raça, nação, ideologias linguísticas e constituição dos estados e das línguas nacionais – da pesquisa e da perspectiva analítica aqui adotada. As referências críticas que mobilizam as análises incluem: Heller e McElhinny (2017), Makoni e Pennycook (2015), Rajagopalan (2003). A contextualização linguística-histórica é feita com base nos escritos de Faraco (2016), Toledo (2020), Eltermann (2018) e Lima (2008). A estrutura do texto é a seguinte: no capítulo dois, apresentamos nossa concepção de

língua e a tradição greco-romana, a qual dá forma a discursos puristas em linguagem a serem reeditados pelos atores que projetaram os estados nacionais ocidentais; no capítulo três, evidenciamos a relação entre língua e raça, na formação das nações, fundamentada nas reflexões de Balibar (2021), Hobsbawm (1990) e Heller e McElhinny (2017); e por fim, no capítulo quatro, contextualizamos a discussão entre língua, raça e nação na particularidade brasileira, nas esferas político-nacionalista e escolar, além do papel cultural e intelectual, enfocando o século XIX, com base nos estudos de Faraco (2016), Toledo (2020), Eltermann (2018) e Lima (2008).

2 CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM E TRADIÇÕES LINGUÍSTICAS

Quando adotamos uma concepção não naturalista da linguagem, quando percebemos que as relações de poder e as dinâmicas sociais também reverberam no domínio linguístico e, mais, que toda relação de poder e toda dinâmica social só pode ocorrer através da linguagem, descartamos a concepção de língua como um sistema fechado – visão hegemônica na área da linguística. Segundo Harris (2022), a língua concebida como um sistema é o foco das teorias linguísticas modernas. Esse sistema intermediaria duas facetas da língua: a língua entendida como capacidade (cognitiva) universal e a língua apreendida como atividade individual. Diante desse entendimento, temos duas perspectivas teóricas para a linguística, uma que entende a linguagem como um sistema aberto e outra que a compreende como um sistema fechado. A perspectiva teórica para a qual a língua é integrada a outras formas de comportamento humano e vista nessa totalidade é nomeada por Harris (2022) de “integracionista”.

A base filosófica da posição integracionista é a tese de que o universo linguístico é povoado não por objetos misteriosamente não observáveis chamados de “línguas”, mas por seres humanos observáveis que, de alguma forma e algumas vezes, conseguem se comunicar uns com os outros. Para o integracionista, no entanto, a comunicação está sujeita a um princípio universal derivado da experiência humana cotidiana. A experiência humana é constantemente estruturada e reestruturada pela necessidade de dar sentido aos eventos do presente à luz dos eventos passados, e vice-versa. (HARRIS, 2022, p. 7327)

Em contraposição, a perspectiva “segregacionista” compreende a língua como um sistema em si mesmo, abstrato, autônomo, onde as línguas podem ser segregadas para fins de investigação acadêmica, orientando uma linguística ortodoxa. A motivação das teorias linguísticas que adotam essa segunda perspectiva seria preservar a área da intromissão de outras disciplinas. Tendemos, neste trabalho, para a perspectiva integracionista.

Uma vez que a língua não é um dado natural e neutro, ela está também implicada objetivamente na realidade social e histórica, apoiando diferentes epistemologias e representações da realidade. Entendemos que “O domínio e a consciência crescentes do mundo material, espiritual e social deram-se por meio da linguagem, igualmente produto

do processo de desenvolvimento histórico e biológico da humanidade” (CARBONI; MAESTRI, 2012, p. 11). Igualmente, sobre a impossibilidade da neutralidade no domínio linguístico, Moura (2014, p. 262) aponta

A linguagem é basicamente a forma pela qual os símbolos, o conhecimento e a realidade empírica cotidiana são transmitidos de um local para outro, de um grupo e de uma época para outra. Nesse processo de interação, a linguagem desenvolve-se dentro de um contexto organizacional e dinâmico específico: no contexto de uma estrutura social.

Assumindo que não há possibilidade de o campo de estudos da linguagem alcançar a neutralidade, e que a língua não pode ser encarada como um mero meio de comunicação, isenta de ideologias e valorações, a posição que tomamos neste trabalho é a de perceber a linguagem como dialógica (VOLÓSHINOV apud BAGNO, 2012), entendendo que a língua é uma atividade social, coletiva e que qualquer enunciado se forja em um dado contexto social. Nesse caso, são as práticas sociais que produzem e moldam as línguas, sendo seus falantes os atores sociais. Assim, língua e sociedade se constituem mutuamente. Buscamos adotar como referência, também, autores que propõem uma linguística crítica e uma epistemologia construtivista (HELLER; MCELHINNY, 2017; MAKONI; PENNYCOOK, 2015; RAJAGOPALAN, 2003; SEVERO, 2018), em que diferentes perspectivas são levantadas e trazidas ao centro do debate da linguística. Sobretudo, as perspectivas que foram tradicionalmente deixadas de fora ao longo da história. Compreendemos, ainda, que é preciso rever como as categorias de raça e língua foram (e, ainda são) usadas para classificar sujeitos, grupos e povos (FLORES; ROSA, 2015; BALIBAR, 2021; HOBBSAWM, 1990).

Por muito tempo, os países de economia central, sobretudo os europeus, conseguiram imputar a sua história particular – a qual corresponde a uma parte, e não à totalidade, da história do Ocidente –, como a história do mundo.

Em sua ávida necessidade de mitos destinados a fundamentar seu poder, o hemisfério ocidental considerava-se o centro do globo, a terra natal da razão, da vida universal e da verdade da humanidade. Sendo o rincão mais “civilizado” do mundo, só o Ocidente foi capaz de inventar um “direito das gentes”. Só ele conseguiu edificar uma sociedade civil das nações compreendida como um espaço público de reciprocidade do direito. [...]. O Resto – figura, se tanto, do dessemelhante, da diferença e do poder puro do negativo – constituía a manifestação por excelência da existência objetificada. A África, de um modo geral,

e o negro, em particular, eram apresentados como os símbolos acabados dessa vida vegetal e limitada. (MBEMBE, 2018, p.29).

Ou seja, esses países conseguiram criar uma narrativa de que a sua história equivalia a história do mundo inteiro – com isso apagando outras histórias, silenciando e inferiorizando outros sujeitos. As histórias das línguas e suas tradições eram contadas pelo colonizador, eram inventadas por eles: “Foram os regimes metadiscursivos do pensamento europeu que produziram as histórias e línguas do império a partir dos materiais encontrados em campo” (MAKONI; PENNYCOOK, 2015, p.17). Apesar disso, atualmente, a partir do resgate e da circulação de outras narrativas, temos ciência da existência de diferentes genealogias e tradições em estudos de linguagem como a greco-romana, a africana, a indiana⁹, a chinesa, a árabe, entre outras.

A tradição em estudos da linguagem africana, por exemplo, remonta a aproximadamente cinco milênios atrás e à filosofia egípcia antiga. Embora a filosofia tenha sido efetivamente praticada no continente africano durante todo esse tempo, e tenha influenciado os estudos de linguagem da tradição grega, somente recentemente, a partir dos estudos decoloniais e pós-coloniais, é que estamos tomando conhecimento e resgatando o pensamento construído em África, a exemplo, na área de filosofia, de Renato Nogueira¹⁰, professor doutor da UFRJ, e na área da linguística, de Sinfree Makoni e Hampaté Bâ, dentre outros.

Em diferentes vertentes filosóficas africanas que influenciaram os estudos da linguagem, adota-se uma concepção que transcende unicamente à escrita, valorizando também a linguagem oral. E, não somente isso, mas uma língua que vai além de uma variedade padrão, em que é socialmente estabilizada a transmissão de diversos tipos de conhecimento – religioso, esotérico, científico, artesanal etc – de boca a ouvido. Exemplificando, o etnolinguista Hampaté Bâ defende que, na sociedade oral, o indivíduo está muito mais comprometido pela palavra, pois a “coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra” (2010, p. 168), e aponta que a palavra tinha um valor

⁹ A tradição linguística indiana é mais antiga do que a greco-romana, e quando o Ocidente entrou em contato com a mesma, experimentou sua influência, principalmente nos campos da fonética e da morfologia (FARACO, 2016; WEEDWOOD, 2002; MAKONI; PENNYCOOK, 2015).

¹⁰ Na seção de Filosofia da Revista Cult, Nogueira (2016) defende que “os gregos não inventaram a filosofia” e de que os textos egípcios, documentos africanos, são mais antigos, a partir de estudos da produção filosófica africana de autores como Cheikh Diop e Théophile Obenga. Segundo o autor “Os manuais de filosofia precisam incluir versões diversas sobre suas origens, reconhecendo a legitimidade de todas, assim como não ignoramos perspectivas diferentes em várias questões filosóficas” (NOGUERA, 2016).

moral e caráter sagrado vinculado a forças etéreas e à ancestralidade. A fala humana tinha força, porque era um agente ativo que gerava ritmo e movimento. A linguagem dentro dessa concepção tinha uma função muito mais comunicativa e social.

Repara-se que de forma alguma a tradição linguística greco-romana, dominante no Ocidente, é a única existente, tampouco a genealogia por ela apontada. Porém, é esta tradição que dá início a nossa narrativa, impactando na formação da identidade e na constituição da língua nacional, enfocaremos em seu estudo. Uma vez que, de maneira ampla, a história e o modo de pensar o estudo da língua portuguesa, o aprendizado tradicional da língua nas escolas, universidades e círculos letrados, e a norma-padrão vigente sucedem com base em um modelo de língua com base nessa tradição (FARACO, 2016; BAGNO, 2012; GUIMARÃES, 2016). Convém, então, fazermos um breve resgate histórico para aprofundarmos o debate mais adiante.

A tradição linguística greco-romana registrou o início dos seus estudos em linguagem com a obra *O Crátilo* do filósofo Platão, em Atenas, por volta do século V a.C. (WEEDWOOD, 2002). A linguagem foi o ponto de partida da investigação filosófica grega para se tentar chegar ao entendimento do cosmos. A obra de Platão tentava dar conta da seguinte questão: se a língua espelha o mundo ou se a língua é arbitrária. Esta tradição trouxe algumas problematizações importantes, como o mito da Torre de Babel, onde o multilinguismo era visto como uma punição divina¹¹; a linguagem como questão central para preservação das principais religiões monoteístas (cristianismo, judaísmo e islamismo) – o latim e o grego, juntamente ao hebraico, possuíam status de línguas sagradas durante a Idade Média¹²; e a preocupação em estudar a origem das línguas a partir da composição fonética das palavras e das suas estruturas etimológicas. Segundo Barbara Weedwood (2002), na Grécia antiga, os filósofos precisavam de um vocabulário técnico e conceitual, com valor semântico – existia uma preocupação com o que cada palavra representava –, que os auxiliassem em suas análises lógicas de enunciados filosóficos. Eles se questionavam se a linguagem era uma criação da natureza ou o

¹¹ A diversidade linguística foi um dos aspectos debatidos pelos Estados nacionais, em suas regulamentações. A dificuldade humana de lidar com sua diversidade linguística ainda é uma questão atual, que “[...] para muitos pode chegar a ser asfixiante, está sob constante ameaça de projetos unificadores, para os quais a existência de comunidades linguísticas diferenciadas que se reconhecem como tais constitui um elemento perigoso de desagregação.” (LAGARES, 2018, p. 97).

¹² Ainda hoje, no islamismo e no judaísmo, o árabe e o hebraico, respectivamente, possuem uma função religiosa nas cerimônias litúrgicas e a recitação em língua vernácula é desencorajada.

resultado de uma convenção humana. A linguagem possuía o caráter de fonte de conhecimento e, também, de meio de comunicação, sendo que seu uso na esfera pública servia para a defesa dos interesses da pólis, e por isso a retórica e o discurso eram tão importantes.

A gramática era baseada no estudo da palavra, que carregava consigo um significado original em sua forma, uma “alma”, além disso, essa tradição privilegiava a língua escrita, sobretudo a partir do período helênico com os gramáticos alexandrinos. Os gregos foram os responsáveis por elaborar o “sistema das partes do discurso e de vários dos conceitos associados que ainda desempenham um papel essencial na lingüística moderna” (WEEDWOOD, 2002, p. 33). Quando Weedwood (2002) apresenta uma gramática latina típica, a autora explica que a mesma era dividida em três seções e esclarece que as partes do discurso a serem estudadas eram: nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição. Exatamente as mesmas classes gramaticais que estamos habituados a estudar na disciplina de língua portuguesa, nas escolas brasileiras. A oratória era também importantíssima para a tradição romana, sendo uma das seções da gramática inteiramente dedicada à retórica; e a educação voltada a essa habilidade que distinguia um indivíduo erudito das pessoas comuns (WEEDWOOD, 2002).

Os romanos, que dominaram a Grécia na metade do século I a.C., levaram, na língua latina, boa parte da tradição linguística grega, principalmente em relação à gramática, na expansão do império romano para muitos países europeus. A língua latina foi imposta aos povos dominados e sua expansão se deu através do cristianismo católico romano. O latim operou como uma língua universal que congregava os adeptos da religião (WEEDWOOD, 2002; FARACO, 2016). Essa experiência missionária romana, aplicada aos povos europeus, foi replicada mais tarde pelos países europeus com os povos da Ásia, África e Américas. Segundo Barbara Weedwood (2002), o filósofo Marcos Terêncio Varrão, um discípulo dos alexandrinos que aplicou o modelo grego ao latim, traçou uma importante diferenciação entre a natureza da língua e o seu uso. A preocupação com a morfologia, estudo da forma das palavras, ocorreu com maior ênfase no período pós-renascentista, pois, segundo a autora os conceitos necessários para a análise desse nível linguístico, como por exemplo a noção de raiz, foram tomados “da

tradição *gramatical* semítica e, mais tarde, indiana” (WEEDWOOD, 2002, p. 49), as quais possuíam paradigmas muito mais avançados nessa área.

Para Heller e McElhinny (2017), a “descoberta” da gramática do sânscrito de Panini, pelos britânicos, foi vista como o contato com um legado indiano glorioso, mas que naquele momento a sociedade indiana tinha entrado em declínio, sendo justificável sua colonização sobre eles e a apropriação dos conhecimentos linguísticos encontrados. O estudo da morfologia, investido em seu sistema de declinações, foi central para a língua latina; embora, naquele momento, as gramáticas não fossem tal qual são as nossas hoje; eram muito mais descritivas do que prescritivas. Mais tarde, as línguas românicas abandonaram o sistema de declinações, fazendo uso de outros recursos morfossintáticos (BAGNO, 2012).

As gramáticas latinas serviram de modelo e foram aplicadas para descrição de outras línguas ocidentais europeias, a exemplo da língua portuguesa. E, quando isto ocorreu, a preocupação maior era com a forma e não com a função comunicativa e social da língua. Algumas dessas línguas começaram a adquirir suas primeiras gramáticas vernáculas ainda na idade média, embora o latim continuasse a ser considerado a “língua de toda a intelectualidade e erudição — a língua internacional que unia todos os cristãos letrados” (WEEDWOOD, 2002, p. 60), e as demais, eram tidas como variedades românicas e valoradas como vulgares, uma vez que para esta tradição a variação linguística não era bem-vista. Assim, essa é uma doutrina que prega a ideologia linguística de um ideal de língua “pura” e “correta”, onde os intelectuais brasileiros, do século XIX, vão fundamentar, historicamente, o seu discurso gramatical “justamente para estatuir, em meio à variação e mudança (que são inerentes a qualquer língua), a língua ‘verdadeira’, ‘legítima’, ‘certa’, ‘pura’.” (FARACO, 2016, p. 200).

É forçoso lembrar que durante a idade média, a educação era acessível a uma parcela ínfima da sociedade – quadro a ser revertido com a difusão do pensamento iluminista, somente no fim do século XIX, e que servirá aos propósitos dos estados nacionais. As linguistas Heller e McElhinny (2017) destacam que uma das primeiras gramáticas de uma língua europeia moderna publicada foi a do castelhano, em 1492. Elas relatam que, pelo peso que o latim ainda tinha, naquele momento, a Rainha de Castela e Leão, Isabel I, não entendeu que serventia poderia haver em tal publicação e o argumento a convencê-la foi oferecido pelo autor Antônio de Nebrija, o qual justificou que a gramática

seria útil para consolidar a vitória da Espanha sobre os “bárbaros” e para dominá-los. Percebe-se que data de longo tempo, nessa tradição, mesmo em sistemas históricos anteriores ao sistema político-econômico capitalista, a designação do *outro* como bárbaro, conforme observa Rajagopalan (2003b, p. 89):

Para os antigos gregos, o conceito de “self” e de sua etnia (palavra que até nos dias de hoje encobre todo o espaço semântico ocupado por “nação”, “pátria”, e “etnia” em idiomas como o português), dependia da presença do outro, por sinal, sempre uma incógnita, e, por isso mesmo, sempre uma presença ameaçadora. E esse outro era nada mais nada menos que a representação coletiva dos bárbaros, assim chamados porque emitiam sons incompreensíveis aos ouvidos gregos.

Não é de se admirar então que os Estados (principalmente europeus) tenham justificado a exploração do *outro* na constituição dos estados nacionais, pautando-se pelo bem da nação e a defesa dos seus interesses.

É importante destacar que as concepções de linguagem e os gêneros das gramáticas dessa tradição não seguiram uma linearidade, mas variaram conforme o tempo: se em um momento as gramáticas foram ensinadas com excertos literários clássicos, em outro, foram acompanhadas de ensinamentos bíblicos e até de sentenças antiluteranas – a exemplo da gramática de João de Barros (FARACO, 2016). Se na Antiguidade clássica grega havia uma maior preocupação com o sentido das palavras e com o estudo dos princípios universais da linguagem, houve longos períodos na Idade Média e parte do Renascimento em que a semântica perdeu espaço para o estudo de outros níveis de linguagem e o latim se fechou em sua própria particularidade e descrição (WEEDWOOD, 2002). Se ora a concepção de língua era orientada por uma epistemologia subjetivista idealista, em que a concepção de língua decorre de um psiquismo individual, ora era orientada por um objetivismo abstrato, em que a língua é vista como um sistema de formas a ser descrito.

Segundo Weedwood (2002), alguns renascentistas também retomaram a abordagem universal, sendo que do renascimento em diante, as abordagens particular e universal passaram a coexistir. Entretanto, o aspecto do *dualismo* permaneceu constante nessa tradição e ainda resiste em sofrer alterações mesmo em suas abordagens linguísticas modernas (como por exemplo, a estruturalista e a gerativista)¹³. Bagno (2012,

¹³ A abordagem estruturalista da linguagem apresenta dicotomias como língua vs. fala, significado vs. significante, sincronia vs. diacronia etc. A abordagem gerativista propõe dicotomias como estrutura profunda vs. estrutura superficial, competência vs. desempenho, Língua-I vs. Língua-E, conhecimento vs.

p. 42) propõe que a filosofia dualista platônica, pautada principalmente no par *sensível* vs. *inteligível*, deriva em “uma série quase interminável de pares opostos” que prosperam no pensamento ocidental, acompanhados, frequentemente, de uma dupla carga de avaliação, *positiva* ou *negativa*, provenientes do cristianismo. A propósito, muitas dicotomias presentes no estudo da linguagem produziram efeito na escolha de nossa língua nacional, como língua “pura” vs. língua “impura”, língua “genuína” vs. língua “deformada”, “boa língua” vs. “má língua”, conforme veremos nos próximos capítulos.

Segundo Faraco (2016), os falantes das línguas românicas passaram a ter a dimensão de que suas línguas eram diversas do latim e também entre si, a partir do século XIII. Já a identificação dessa língua românica como *português* ou *língua portuguesa* parece ter ocorrido somente no século XV, com uso corrente a partir do século XVI, quando o Renascimento impulsionou vários textos apologéticos, com elogios, defesas e louvores aos vernáculos e alguns autores portugueses passaram a propalar uma suposta superioridade diante das demais línguas românicas, a exemplo do *Dialogo em defensam da [mesma] lingua*, escrito por Pero de Magalhães Gândavo em 1574 (FARACO, 2016). Entretanto, o ensino, em Portugal, continuou a ser feito, sobretudo, em latim até o século XVIII, quando as reformas educacionais pombalinas adotaram a tese do ensino em língua vernácula.

O status de universalidade da língua latina perdia força frente à reivindicação das identidades linguísticas e, enquanto os vulgaristas separavam língua de pensamento, afirmando a possibilidade de tudo ser dito em todas as línguas, os latinistas insistiam na superioridade estética e cultural do latim, bem como nas qualidades intrínsecas – nesse caso, cognitivas – dos conceitos, que só poderiam ser concebidos e veiculados em língua latina. (TOLEDO, 2020, p. 6)

Toledo (2020) aponta o momento em que o latim começou a perder *status* de universalidade, como o de emergência dos Estados nacionais e como o da diversidade linguística sendo vista com temor – uma vez que punha em xeque a certeza “de que o latim é a língua universal e a de que o pensamento humano é o mesmo em todos os lugares (TRABANT, 2008)” (TOLEDO, 2020, p.6). Como um dos efeitos para lidar com essa diversidade, a partir do século XIX, a perspectiva europeia de linguagem se ocupou em avaliar a língua sob termos evolucionistas – a partir de uma leitura torta dos trabalhos

experiência. Ambas as abordagens dispõem que a língua deve ser analisada de forma separada da sociedade e pautam suas teorias com base em um falante ideal, absorto do contexto histórico, cultural e político (BAGNO, 2012).

de Darwin¹⁴. Língua e raça foram usadas conjuntamente para descrever estágios da evolução humana –, e pela busca de parentesco linguístico entre elas, com a publicação de obras como *O darwinismo testado pela ciência da linguagem (1863)* de August Schleicher. Obras que deram guarida aos filólogos que desenvolviam seus estudos através de um método histórico-comparativo e viam as línguas europeias e as demais línguas de maneira completamente assimétrica, com base no dualismo *língua primitiva vs. língua evoluída*. A filologia, campo que antecedeu a linguística moderna, teve papel crucial na formação das primeiras identidades nacionais.

Esta apresentação histórica a respeito do conceito de língua contribui para ampliarmos nossas perspectivas epistemológicas e para refletirmos sobre o modo como os saberes acerca da língua não são neutros, mas social, política e historicamente embasados. Tais saberes contribuíram para naturalizar uma série de ideologias linguísticas, tais como: a ideia de purismo linguístico; o imaginário de que existe uma língua correta vs. uma língua incorreta; a necessidade de unidade linguística; a diversidade linguística vista como um problema; a suposta superioridade da escrita frente a oralidade, a percepção da língua do *outro* como inferior; etc.

No próximo capítulo, focaremos o contexto de emergência da ideia de nação e na sua complexa articulação histórica com as teorias raciais, relacionando-as com um conceito racializado de língua.

¹⁴ Bagno (2012) defende que a equiparação dos conceitos “evolução” com “aperfeiçoamento” é uma deturpação do trabalho de Darwin. Para o linguista, o biólogo entendia uma forma evoluída de um animal como “simplesmente uma forma *diferente*, uma forma que se adaptou às mudanças ocorridas em seu hábitat”. Igualmente, continua Bagno, “não existe ‘evolução’ (= ‘aperfeiçoamento’) nas línguas humanas. Os falantes do latim do século IV a.C. pensavam, agiam, interagiam e se comunicavam com a mesma eficácia com que nós, hoje, no Brasil, no século XXI, pensamos, agimos, interagimos e nos comunicamos em português brasileiro” (p.74).

3 LÍNGUA, RAÇA E NAÇÃO

No século XIX, o Estado-nação se tornou a forma hegemônica de organização política, econômica, social e cultural na Europa. E, ao longo desse e do século subsequente, esse constructo social foi também adotado pela maior parte das sociedades humanas, seja por projetos de atualização do Estado moderno, ou por conquistas de independência nacional em processos de descolonização. Além do papel de manter a ordem política e econômica, de gerir as relações sociais de produção e de reorganizar a vida social, o Estado-nação engendrou a concepção de identidade e uma nova ideologia, o nacionalismo. A identidade nacional materializou-se “na língua, na religião, nas relações de parentesco, nos sentimentos, nos desejos e nos padrões estéticos” (ALMEIDA, 2019, p. 99) de cada povo, estabelecendo seu imaginário social e de pertencimento; e pela mesma via, instaurou as regras de exclusão que naturalizaram a destruição daqueles com quem não se compartilhava a mesma identidade. Criar um sentimento de identidade nacional no povo era essencial para esse modelo, visto que “os interesses estatais dependiam agora da participação dos cidadãos comuns em um grau não considerado antes. Onde os exércitos eram compostos de voluntários ou de serviço militar obrigatório [...]” (HOBSBAWM, 1990, p.104).

A forma Estado e alguns de seus aparelhos já existiam anteriormente, mas a ideia de nação, uma categoria sociopolítica, – e a ressignificação desses “aparelhos ideológicos”¹⁵, como *sistema escolar e família* – surgiu de um encadeamento de relações circunstanciais, e não de uma linearidade de acontecimentos que envolveram o desenvolvimento do capitalismo industrial e a ascensão da burguesia como classe dominante. Segundo Balibar (2021b), a história da escola e da família:

começa bem antes do aparecimento da forma nação e pode continuar depois disso. Mas o que faz com que, juntas, constituam o aparelho ideológico dominante nas sociedades burguesas, que se traduz por sua interdependência crescente e por sua tendência a repartir exaustivamente o tempo da formação dos indivíduos, é sua importância nacional, ou seja, sua importância imediata para a produção de etnicidade. (BALIBAR, 2021b, p. 147)

¹⁵ Definição dada por Althusser, retomada e rearticulada por Balibar (2021b) na sua discussão de constituição de uma etnicidade fictícia.

A forma nação também pode ser associada a dois movimentos: o Iluminismo e o Romantismo. Um desafiou a legitimidade da Igreja e da monarquia e tinha, não mais um Deus, mas a *razão* como fonte de autoridade; e o outro foi um movimento estético relacionado às artes e à literatura, com suas atenções voltadas ao indivíduo e à individualidade, e via a *natureza* como sua fonte de autoridade (HELLER; MCELHINNY, 2017).

Essa combinação de movimentos – Iluminismo, Romantismo, ascensão da burguesia, desenvolvimento do capitalismo industrial – marcou, então, a emergência e o fortalecimento dos estados nacionais, conjuntamente com medidas adotadas para proteção do mercado interno. As principais estratégias utilizadas para a consolidação das nações foram: protecionismo, gestão científica visando regular o processo de produção e extrair mais da força de trabalho, monopólio e imperialismo. Ademais, foram criados mecanismos de regulação e de formato da cidadania.

A partir de 1880, em um cenário aquecido por movimentos políticos de massa, a *questão nacional* foi se tornando cada vez mais importante para os Estados: “importaria crescentemente de fato como homens e mulheres comuns sentiam-se a respeito da nacionalidade” (HOBSBAWM, 1990, p. 56). Balibar (2021a) lembra que, ao contrário do Estado moderno, o Estado nacional se propõe a ser igualitário, mas essa igualdade está circunscrita à comunidade nacional com propósito exclusivo de manter a integridade da nação, ou seja, a coesão do seu ambiente interno.

Sobre o princípio da unicidade, efeito necessário para que qualquer nação consiga produzir a ideia de povo, Balibar (2021a) lembra que nenhuma nação possui, de maneira inata, uma base étnica homogênea, assim a comunidade que a institui é criada a partir de uma etnicidade fictícia, em que “é preciso instituir no real (e, portanto, no tempo da história) sua unidade imaginária, *em comparação a* outras unidades possíveis” (p. 89). Para que o processo de unificação da nação se concretize, explica o autor em outro ensaio, é preciso estabelecer uma forma ideológica, o nacionalismo, em que as diferenças étnicas não são suprimidas, porém são relativizadas, “de modo que a diferença simbólica entre ‘nós’ e os ‘estrangeiros’ prevaleça e seja vivenciada como irredutível”

(BALIBAR, 2021b, p. 138). E, mais, a produção de uma etnicidade que se pareça inata, e não imaginária, dá-se pela articulação complementar de dois domínios: língua e raça¹⁶.

O contexto “pré-nacional”¹⁷ já tratou de traçar, de maneira mais sensível, o estabelecimento de um paradigma uniforme da língua escrita, com a consolidação da imprensa de massas e de um crescente mercado leitor. Nesse sentido, Lagares (2018), ao comentar a obra “Comunidades Imaginadas”, de Benedict Anderson, aponta a respeito da formação da nação moderna

Para Anderson, a constituição de um mercado literário, que fazia circular livros entre aqueles que eram capazes de ler uma mesma língua escrita, e, sobretudo, a imprensa diária, a publicação e distribuição de jornais e revistas permitiram estabelecer laços entre cidadãos, que assim compartilhavam referências políticas e culturais num tempo e num espaço aparentemente homogêneos. Essas *atividades linguísticas* constituem a realidade social, tal e como entendida por todos, ao mesmo tempo em que determinam sua própria existência. (idem, p.51, grifo do autor)

Nesse mesmo sentido, Balibar (2021b, p. 141) afirma que se nas formações sociais anteriores, a comunidade de língua era pautada “na sobreposição de ‘línguas’ incompatíveis entre si para os dominadores e dominados, para as esferas sagradas e as profanas, entre as quais tinha de existir todo um sistema de traduções”. Nos estados-nações, os “tradutores” são justamente aqueles que falam a língua do “povo”: escritores, jornalistas e políticos. “A tradução tornou-se, antes de mais nada, uma tradução interna entre ‘níveis de língua” (idem, p.142).

Segundo Heller e McElhinny (2017), os censos (para mapeamento das variedades linguísticas), as técnicas para disciplinar as línguas e a unificação linguística – através de padronizações, dicionários, gramáticas, livros pedagógicos e cânones literários – foram utilizados para criar a ideia de uma língua, uma cultura, uma história e um território, contribuindo nas formações nacionais. A respeito dos censos, as autoras afirmam que os mesmos questionavam sobre a *língua materna* de cada indivíduo, e também acerca da “língua falada em casa”. Passou a existir uma preocupação cada vez maior, por parte da

¹⁶ O conceito de raça, neste ensaio de Étienne Balibar, é entendido na circunscrição do território nacional, dialogando com o conceito de povo, como por exemplo “raça francesa”, “raça brasileira”, etc. A diferenciação entre sujeitos se dá com aqueles que estão além da fronteira nacional. Disso podemos depreender o quanto era importante para o Brasil, enquanto constituição de nação, desenvolver a ideia de que era um país racialmente harmonioso, em síntese criar o mito da democracia racial.

¹⁷ Este conceito é de Étienne Balibar, conforme será explicado mais adiante.

burguesia, em relação à educação das mulheres, pois seriam elas as formadoras e guardiãs dos novos cidadãos. Em contrapartida, comentam as autoras, as mulheres perderam o status do qual gozavam, ao menos aquelas que pertenciam à nobreza, e foram relegadas para as margens do poder, com um mero papel de reprodutoras de cidadãos. No caso das mulheres que não pertenciam à aristocracia, o papel sempre foi esse, indiscutivelmente: serem um ventre gerador de força de trabalho.

Sobre a importância da função literária na legitimação de uma língua, Lagares (2018) comenta:

Normalmente, é essa língua literária que acaba servindo de base para a construção de uma língua “comum”, logo padronizada e convertida em modelo de referência para todos os falantes. Não é por acaso que denominamos muitas línguas (europeias) usando o nome dos autores canônicos que a mitologia nacionalista transformou em ‘fundadores’ da literatura nacional. Dessa maneira, o português é ‘a língua de Camões’; o espanhol, ‘a língua de Cervantes’; o inglês, ‘a língua de Shakespeare’; o alemão, ‘a língua de Goethe’ e o italiano, ‘a língua de Dante’.
(idem, p. 68)

Tais elementos, conectados, constroem o ideário de uma língua, um povo, uma nação. Sobre as distintas práticas e variedades linguísticas, igualmente presentes em qualquer território, nesse processo de unificação, “a diferença é aceita enquanto realidade folclorizada; ela tem seu lugar numa relação subalterna com a língua legítima, como algo tolerado que enriquece a nação, mas que não deve ocupar os mesmos espaços do idioma oficial” (LAGARES, 2018, p.52). Logo que a língua nacional é instituída, as demais realidades linguísticas passam a ser enquadradas como dialetos, em uma correlação de forças desigual. Isso quando o bilinguismo, plurilinguismo, multilinguismo e variabilidade linguística não são tidos como verdadeiros problemas. Por exemplo, para construir a nação francesa em torno de uma única língua, a sociolinguista Tabouret-Keller (2011, apud Heller; McElhinny, 2017) menciona que os médicos e psicólogos franceses produziram a crença de que o uso de línguas não estatais, nos lares, causava confusão mental, desordem emocional, instabilidade e atraso no desenvolvimento infantil.

Se em formas sociais anteriores à forma nacional o bilinguismo e o plurilinguismo eram aceitos, o estado-nação criou um fenômeno induzido, o “monolinguismo social”, para usar o termo de Monteagudo (2012). Este corresponde à combinação de ações de “homogeneização de populações falantes de várias línguas, um resultado que, aliás, é

mantido artificialmente pelos estados mediante políticas de exclusão de línguas outras que a ‘oficialmente’ reconhecida” (MONTEAGUDO, 2012, p. 45). A invenção dos dois modelos, monolinguismo e estado-nação, são, portanto, indissociáveis. Segundo o autor, a diversidade linguística ficou, então, relegada a uma “realidade anômala e disfuncional, tanto na ideologia quanto na prática” (p. 49). Essa política foi tão bem-sucedida que, atualmente, o monolinguismo está internalizado, em grau elevado, em boa parte das nações, causando um estranhamento à maioria das pessoas falar em bilinguismo ou plurilinguismo.

Conforme vimos no capítulo anterior, a língua funcionava enquanto instituição muito antes do surgimento dos estados nacionais. Nesse mesmo sentido, Balibar (2021b, p. 130) menciona que “a instituição das línguas estatais diferentes ao mesmo tempo das línguas sagradas do clero e dos idiomas ‘locais’ para fins estritamente administrativos, em primeiro lugar, e, em seguida, como línguas aristocráticas, na Europa remonta à Alta Idade Média”. Para o autor, essa é uma das estruturas que pode ser vista como “pré-nacional” pois, juntamente a outras, tornaram “possíveis algumas características do Estado nacional”.

Nesse mesmo viés, Heller e McElhinny (2017) sustentam que a prática de padronização das línguas já existia nos séculos XVI e XVII, contudo houve um esforço muito maior em torno dela nos séculos XIX e XX para criar um sentimento de pertencimento no cidadão e possibilitar sua participação em atividades políticas e econômicas. Isto porque os burgueses se depararam com a mesma questão dos missionários do capitalismo mercantil, isto é, se deveriam levar os ideais da revolução para as pessoas nas suas próprias línguas – bretão, occitano, corso, dentre outras – ou em uma única língua eleita – o francês, para ficar no exemplo da França –, da mesma forma que os missionários acabaram optando pelo uso de línguas gerais, como vimos na introdução deste trabalho. A escolha da língua nacional nunca foi feita de maneira objetiva. Se assim o fosse, os estados nacionais teriam escolhido a língua ou a variedade linguística mais falada e mais “apta” a ser entendida por todos. De fato “a ‘língua nacional’ é raramente um assunto pragmático e menos ainda um assunto tranquilo, como é mostrado pela relutância em reconhecê-las como constructos e pela invenção de tradições e heranças históricas para elas” (HOBBSAWM, 1990, p.115). No caso da França, para se ter uma ideia, “a maioria da população era analfabeta, falava dialetos

locais da respectiva língua, e só uma minúscula porcentagem sabia ler e falar do francês cultivado” (MONTEAGUDO, 2012, p.48). A escolha de uma língua nacional foi, e continua sendo, essencialmente política e simbólica; passando a importar, aos estados, como a sua história seria contada.

A consolidação do Estado nacional exigiu, portanto, um corpo de normas, regras e leis para gerir a máquina estatal, e aí entra a necessidade da padronização linguística, por meio de uniformização de ortografias e das regras gramaticais. A variabilidade e a mudança linguística tornaram-se problemas a serem pensados pelos linguistas (várias abordagens linguísticas surgiram no século XIX). As escolhas passaram por relações de poder, decisões políticas, questões de prestígio e ideologias.

As línguas nacionais são sempre, portanto, construtos semiartificiais e, às vezes, virtualmente inventados, como o moderno hebreu (*sic*). São o aposto do que a mitologia nacionalista pretende que sejam – as bases fundamentais da cultura nacional e as matizes da mentalidade nacional. Frequentemente, essas línguas são tentativas de construir um idioma padronizado através da recombinação de uma multiplicidade de idiomas realmente falados, os quais são, assim, rebaixados a dialetos [...]. (HOBBSAWM, 1990, p.71)

Hobsbawm (1990) e Lagares (2018) tratam a língua hebraica como um modelo paradigmático, uma vez que esta se encontrava extinta como língua falada a partir do século IV d.C., existindo apenas liturgicamente. Contudo, o hebraico foi reavivado, com função educacional, pelo Comitê da Língua Hebraica do movimento nacionalista, no final do século XIX, antes da instauração do Estado de Israel, por motivos ideológicos e religiosos, “ao invés de aproveitar a grande língua de comunicação empregada pela maioria dos judeus do mundo, o iídiche, uma língua de base germânica com ampla tradição literária e mais de dez milhões de usuários” (LAGARES, 2018, p.53). No século XX, o hebraico moderno passou a ser o idioma oficial do Estado de Israel. Assim, a instituição de um idioma oficial não tem a ver com comunicação ou cultura, mas com status, política e ideologia. Outro exemplo da língua como instrumento político-ideológico na criação da identidade nacional é mencionado por Peter Burke (2010 apud LAGARES, 2018, p.61):

Na Turquia da década de 1920, Kemal Atatürk decretou que seu povo deixasse de escrever no alfabeto árabe e adotasse uma versão ligeiramente modificada do

alfabeto latino, para simbolizar o rompimento com o passado otomano e a reaproximação com o Ocidente.

Eric Hobsbawm (1990) traz o conceito de “protonacionalismo” popular para tratar dos laços existentes antes da formação do Estado-nação. Trata-se de elementos já existentes entre os povos de um determinado território, que formavam um vínculo, um sentimento de coletividade, antes que a nação estivesse necessariamente consolidada, e que podiam ser mobilizados na construção da mesma, no sentido de gerar uma realidade palpável, ao invés de uma comunidade imaginária. O autor aponta a religião, a linguagem e a cultura (etnia) como elementos “protonacionais”. Hobsbawm (1990) afirma que nenhum desses elementos, isoladamente, gera a nação; contudo, cada um deles ganha um novo sentido, nesse modelo, e é extremamente importante para essa formação. Isto fica claro nesse fragmento: “[...] não há razão para supor que *a língua* tenha sido apenas mais do que um entre os muitos critérios pelos quais as pessoas pertenciam simbolicamente a uma coletividade humana” (idem, p. 78, grifo nosso). Para ele, a língua nacional é então um constructo semiartificial, porque é imposta ante as demais variedades linguísticas.

A língua na sua forma “genuína”, aquela que é passada oralmente dos pais para os filhos, não teria potencial político e ideológico. Todavia, a partir do momento em que um grupo, com suficiente peso político, como a elite, toma uma variedade e arbitrariamente a transforma em língua nacional, a língua passa a ter potencial na construção da unidade. Não importa que essa classe seja minoria. E é na forma impressa, ou seja, através da escrita, que a língua da elite adquire fixidez, perenidade; com auxílio também “dos grandes padronizadores e depuradores que aparecem na história culta de toda língua cultural” (HOBSBAWM, 1990, p.77). Na medida em que as nações vão se consolidando, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, a língua, juntamente à raça, passa a ser uma questão central (HOBSBAWM, 1990).

As padronizações linguísticas foram moldadas por tradições mais antigas, como a greco-romana, para também regular a forma e as categorias linguísticas, reproduzindo um entendimento de como uma língua deveria funcionar. A escrita foi um importante meio para a padronização, por isso foi supervalorizada, e a oralidade, por sua vez, desprezada, pois foi vista como um terreno fértil para o “erro”. Os Estados-nações trouxeram a imposição da alfabetização e da educação escolar obrigatória, agora não somente para a

elite e para as camadas médias, mas também para o proletariado. Até o início do século XX, a população mundial, em sua maioria, era analfabeta. Sobre o papel da educação na confirmação de identidades linguísticas, “Digamos que a escolarização seja a principal instituição que produz etnicidade como comunidade linguística” (BALIBAR, 2021b, p. 142).

Ademais, a formação do proletariado era uma demanda dos próprios patrões, os quais necessitavam que o mesmo fosse minimamente instruído para dominar e operar os novos recursos tecnológicos do avanço das forças produtivas. Segundo Lima (2008, p. 220), “a educação leiga, unificada, foi uma grande máquina para produzir cidadãos obedientes, dispostos a se tornarem soldados e trabalhadores”. Nesse sentido, os países ibéricos ficaram na retaguarda dos demais países europeus, pois eram sociedades essencialmente rurais, que viviam das riquezas espoliadas dos países que colonizavam. Dessa forma, demoraram para instalar indústrias modernas e, de resto, ficaram na retaguarda porque mantiveram ativas, durante muito tempo, ideias católicas retrógradas, resistindo em adotar os ideais iluministas que concebiam a universalização da educação. Assim, no início do século XX:

enquanto a Alemanha, a Holanda, a Suíça e os países nórdicos tinham aproximadamente 98% de sua população adulta alfabetizada; a Inglaterra, aproximadamente 88% e a França, 80%; Portugal tinha quantitativo inverso, ou seja, aproximadamente 75% da sua população adulta era não alfabetizada [...]. (FARACO, 2016, p.80).

Evidentemente, a escolha portuguesa refletiu no nível de alfabetização brasileiro. Se existia tal despreocupação com a educação na metrópole, certamente não existiria nenhuma preocupação com o tema em suas colônias, a despeito da promessa de que os colonizadores estavam levando a civilização aos povos dominados (FARACO, 2016).

Voltemo-nos, agora, para o segundo domínio responsável pela produção de etnicidade, visando uma identidade nacional unificada: a raça. Segundo Hobsbawm (1990), a raça é empregada para marcar a distinção entre “nós” e “eles”. Essa distinção pode funcionar tanto de maneira horizontal, como vertical e, para o autor, antes do nacionalismo moderno, a questão racial operava mais no sentido de separar estratos sociais de uma dada comunidade – como no caso de uma sociedade sob o jugo de um sistema colonial, por exemplo –, do que para separar comunidades inteiras. A distinção

racial no Estado-nação opera no sentido horizontal, no sentimento da superioridade nacional produzido pelo racismo científico e pela xenofobia. No caso de alguns países europeus, a superioridade nacional foi combinada com o mito da superioridade racial. O sentimento de superioridade nacional é comumente reforçado pelos veículos de comunicação de massa, pelo sistema escolar e pela administração, na figura de oficiais subalternos. A etnicidade, aqui, é utilizada de maneira negativa para definir o “outro”. Já o “nós” pretende-se homogêneo, ainda que não seja, mas é preciso parecer assim aos olhos do estrangeiro. É por este motivo que o mito da democracia racial precisou ser criado, no Brasil; e a “mestiçagem” foi tornada um enorme problema a ser discutido pela intelectualidade brasileira, como veremos no próximo capítulo.

A homogeneidade étnico-racial da própria nacionalidade é dada como garantida, uma vez afirmada – o que nem sempre acontece –, mesmo que a inspeção mais superficial possa dela duvidar. Pois para “nós” parece óbvio que os membros da nossa “nacionalidade” tenham um amplo espectro de tamanhos, formas e aparências, mesmo quando todos partilhem de certas características físicas comuns, como um certo tipo de cabelo preto. É apenas para “eles” que todos somos parecidos. (HOBSBAWM, 1990, p.81)

A segunda dimensão racial, abordada por Hobsbawm (1990), diz respeito ao fato de que o momento de consolidação dos estados nacionais, e por conseguinte, a definição das línguas nacionais, coincidiu com o momento em que as teorias biológicas de raça imperavam na esfera científica. Essas teorias entraram nas discussões de todas as áreas do conhecimento, inclusive no campo de estudos da linguagem. Segundo Toledo (2020), o historiador Léon Poliakov considera que “a Linguística já era, em todo o século XIX, uma ciência-piloto para as outras ciências humanas, num momento anterior mesmo à Antropologia Estrutural” (idem, p.8). Assim, Hobsbawm (1990) aponta que os vínculos entre racismo e nacionalismo são evidentes e que as noções de língua e raça passaram a ser facilmente confundidas, sobretudo na segunda metade do século XIX.

Além disso, há uma evidente analogia entre a insistência dos racistas na pureza racial e nos horrores da miscigenação, e também a insistência de tantas formas de nacionalismo linguístico – a maioria, talvez – sobre a necessidade de purificar a língua nacional de elementos estrangeiros. (HOBSBAWM, 1990, p.132)

Sobre as ideologias linguísticas subjacentes, Eltermann (2018) explica que:

havia uma corrente de estudos que explicava a origem das línguas a partir de ideias evolucionistas, como a relação genética e graus de parentesco entre as línguas. Isso devia-se ao fato de a língua ser vista, para alguns pesquisadores da época, como um organismo vivo, de modo que passava pelos mesmos processos dos seres vivos — crescimento, maturidade e declínio. (ELTERMANN, 2018, p.86)

Em um mesmo sentido, e exemplificando essa relação, Heller e McElhinny (2017) lembram que o fascismo, na Europa, foi construído em cima da equação “língua = nação = raça”. Conceitos glorificantes de superioridade nacional e racial ajudaram a arrefecer os conflitos de classe e a amortecer ideias de solidariedade e consciência de classe, presentes na Europa no início do século XX. Os nazistas adotaram concepções de “raça pura” e “impura”, e a miscigenação racial foi vista como negativa (aliás, a miscigenação racial foi proibida pelo estado nazista).

Esse mesmo paralelo foi empenhado no caso das línguas pois, no imaginário alemão, “da mesma forma que a raça ariana precisava ser resguardada do contato com as raças inferiores, a língua alemã também precisava ser protegida contra as influências estrangeiras” (RAJAGOPALAN, 2003b, p. 92). Ademais, as línguas ganhavam a propriedade de serem verdadeiras, como o alemão, ou falsas, tal como o esperanto (HELLER; MCELHINNY, 2017). Lembremos que a ideia de pureza e de superioridade linguística já existia anteriormente, como observamos na discussão a respeito da tradição greco-romana. O estado nazista ressignificou a ideia e retomou a tradição filológica na linguagem e os estudos comparativos, buscando estabelecer quais línguas estavam mais ou menos relacionadas com o alemão e determinando suas posições hierárquicas; sendo a língua alemã, alinhada com a ideia de nação, considerada a mais civilizada de todas e aquela que levaria a humanidade à perfeição (HELLER; MCELHINNY, 2017).

Para Balibar (2021b), a raça, no nacionalismo, funciona como um “princípio de fechamento” ou de “exclusão” que atua como suplemento da comunidade da língua, conferindo-lhe uma particularidade, no intuito de demarcar as fronteiras de um povo. É preciso lembrar que, anteriormente ao Estado-nação, o território era descontínuo, dado que “as fronteiras dos estados mudavam conforme as alianças, matrimônios, conquistas ou compra dos seus monarcas” (MONTEAGUDO, 2012, p.47). Segundo Balibar (2021b), a comunidade da língua é formalmente aberta, pois, em teoria, pode estender seu efeito de etnicidade a qualquer um que a aprenda, mesmo que não seja sua língua materna. Tendo como exemplo, “o imigrante da ‘segunda geração’ [...] habita a língua nacional (e.

por meio dela, a própria nação) de uma forma espontânea, tão ‘hereditária’, tão imperiosa pela afetividade e pelo imaginário, quanto o filho de um dessas ‘terras’ [...]” (BALIBAR, 2021b, p.143).

Língua e raça atuam, então, de maneira complementar para conferir a etnicidade de um povo – uma identidade em comum. Balibar (2021a, p. 94, grifo do autor) aponta para a existência de um “*ciclo de reciprocidade histórica do nacionalismo e do racismo*”, pois do mesmo jeito que em busca da unidade nacional surgem práticas de exclusão social, manifestadas em diferentes formas, também o nacionalismo só consegue constituir a ideologia de nação porque reage a uma teoria racista preexistente. Exemplificando, o autor menciona que os nacionalismos do “Terceiro Mundo” derivam do racismo colonial, de forma que uma categoria suplementa a outra. Desse modo, o nacionalismo funciona permanentemente em tensão, tendo que buscar a dosagem certa entre dois modelos ideológicos contraditórios, entre a universalidade e o particularismo, entre uma igualdade teórica e uma desigualdade prática.

Esses registros que produzem a questão racial, mencionados por Hobsbawm e Balibar, entrecruzam-se e complementam-se, conforme aponta Almeida (2019):

Pode-se concluir que, por sua conformação histórica, a raça opera a partir de dois registros básicos que se entrecruzam e complementam:

1. *como característica biológica*, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele, por exemplo;
2. *como característica étnico-racial*, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes [...]. (ALMEIDA, 2019, p.30, grifo do autor)

Ambos os registros estiveram presentes na formação da nacionalidade brasileira e nas discussões que envolveram a definição da língua nacional, pois se a administração do Estado e a intelectualidade brasileira precisaram refletir sobre a identidade nacional, mostrar a sua unidade perante os olhos do *outro*, não havia como fazê-lo ignorando um passado de quase quatro séculos de escravidão em que mais da metade da população era composta por africanos, indígenas e seus descendentes. Nas palavras de Almeida (2019, p. 107): “O que é curioso notar é que os projetos nacionais no Brasil desde a implantação da primeira república caminharam no sentido de institucionalizar o racismo, tornando-o parte do imaginário nacional”.

As noções de raça e nação interessam ao estudo da linguagem para localizarmos o racismo como, por um lado, um produto histórico e cultural, e por outro, como uma pseudociência, estruturalmente ligado a uma ordem política e econômica preexistente. Ademais, o racismo está intimamente imbricado às línguas no nacionalismo, onde determinados falares de determinados sujeitos são excluídos ou silenciados, e outros não; onde determinados contatos linguísticos são estimulados e outros não. Essas noções nos interessam também para refletirmos que a doutrina universalista, preconizada, teoricamente, pelo Iluminismo, também serviu ao nacionalismo para estabelecer a unificação de marcadores linguísticos, objetivando uma identidade única através da naturalização de uma política monolíngue nas nações modernas.

Flores e Rosa (2015) trabalham com a ideia de que existem ideologias raciolinguísticas presentes em várias abordagens linguísticas, nas quais sujeitos racializados estão relacionados a uma deficiência ou um desvio linguístico, pois são vistos através da perspectiva do olhar dominante – o *sujeito ouvinte branco*. Essas abordagens linguísticas não se ancoram em nenhum critério objetivo, pois, na realidade, são baseadas na posição hierárquica que o sujeito racializado ocupa na sociedade. Alonso (2020) lembra que a racialização pode ter relação com a cor da pele ou fenótipo de um sujeito, mas também pode ser construída a partir da origem nacional, ou com base em diferentes signos, ou, ainda, pela língua. A discussão de Flores e Rosa (2015) está centrada no inglês estadunidense padrão e no inglês afro-americano (ou no inglês de pessoas que são criadas em casas onde a língua inglesa não é a predominante), porém essa abordagem nos interessa porque os autores também vinculam, na sua teoria, o *ouvinte branco* ao monolinguismo, que por sua vez, está conectado à padronização das línguas nacionais. A combinação do monolinguismo com a promoção de uma língua nacional padronizada materializa-se na idealização de que a variedade de prestígio advém de uma categoria linguística objetiva.

As ideologias raciolinguísticas estigmatizam outras variedades linguísticas, que não a padrão, as quais são normalmente associadas aos sujeitos racializados. No caso brasileiro, as variedades estigmatizadas são a de africanos e seus descendentes, indígenas e seus descendentes, além de pessoas consideradas “mestiças” (as variedades dos imigrantes europeus, que chegaram ao Brasil entre 1870 e 1920, com a política de branqueamento da população, foram encaradas de outra forma). Essas variedades

desprestigiadas recebem o estigma de incorretas e ganham a marca de “sotaque”, enquanto a variedade padrão é considerada a pronúncia isenta dessa marca. Se todas as pessoas possuem um “sotaque”, uma forma específica de utilizar a língua, a atribuição dessa marca aos falares de sujeitos racializados tem a ver menos com o quanto eles se aproximam ou não da variedade padrão, e mais com uma questão ideológica. Flores e Rosa (2015) defendem que por mais que o sujeito racializado modele o seu falar no sentido da variedade padrão, ainda assim, sua variedade continua sendo vista como desviante, posto que a perspectiva da sociedade está impregnada de ideologias racializantes, e não de categorias linguísticas objetivas. Assim, eles argumentam que as variedades linguísticas dos falantes são posicionadas, como sendo de prestígio ou desprestígio, não pelo modo como os falantes fazem uso, de fato, da língua, mas pela maneira como o *sujeito branco* escuta essa variedade.

A formação sócio-histórica da nação brasileira foi, também, construída com base em estruturas e ideologias raciolinguísticas. Em seu artigo *Línguas e heranças africanas no Brasil: articulando política linguística e sócio-história*, Severo (2018) apresenta as significações que foram dadas às línguas africanas no contexto colonial e no início do século XX, quando o Brasil discutia a definição de sua língua nacional. Nesse último âmbito, estava em debate também a questão da raça e o fato de o país ser considerado uma nação “mestiça”, de modo que os discursos da época se dividiam entre dois polos. De um lado, os que viam qualquer alteração do português da velha metrópole como uma “deturpação”, uma vez que as línguas africanas eram vistas como “inferiores”; e de outro, críticos que aceitavam essa “miscigenação racial”, mas associavam as contribuições africanas ao popular, ao regionalismo, à oralidade, separando-as da variedade linguística considerada padrão, culta. Esses falares eram vistos como dialetos, chamados crioulo nagô e crioulo banto, ou ainda, português caçanje e português bunda. O debate acerca da língua nacional foi complexo e longo, segundo Faraco (2016, p. 141) “nas décadas de 1920 a 1940, segmentos da intelectualidade brasileira ainda consideravam que faltava ao Brasil efetiva ‘unidade nacional’.”.

Tanto no contexto europeu de emergência do estado-nação, quanto na conjuntura brasileira, “a língua se tornou um exercício mais deliberado de engenharia social na medida em que seu significado simbólico passou a prevalecer sobre seu uso real” (HOBBSAWM, 1990, p.135).

Tendo feito essa discussão sobre a relação entre nação, língua e raça, a seguir atentamos para o contexto brasileiro, enfocando a emergência da nação e as discussões a respeito da língua nacional, durante o século XIX. Analisaremos essas discussões no âmbito da esfera político-nacionalista, do papel cultural e intelectual e no âmbito escolar.

4 O CONTEXTO BRASILEIRO: A EMERGÊNCIA DA NAÇÃO E AS DISCUSSÕES ACERCA DA LÍNGUA NACIONAL NO SÉCULO XIX

Como se deu o processo de emergência e consolidação do estado nacional brasileiro? Como as concepções de língua, nação e raça relacionam-se e atravessam as disputas pela identidade nacional no Brasil, no século XIX? E, ainda, como estas noções impactaram-se reciprocamente no bojo das discussões acerca da língua nacional no Brasil Império e início da República?

Apesar de a independência do Brasil ter ocorrido em 1822, esse processo só se consolidou em todo o território nacional por volta da metade do século XIX, visto que existiam capitanias, como Pará, Maranhão e Piauí, para as quais a relação com Portugal era benéfica para as classes dominantes, sendo indesejável rompê-la (FARACO, 2016). Temos então, um Estado que surge a partir da independência de Portugal, mas sob um regime monárquico-escravista – o Brasil Império começa a construir a ideia de nação.

A imprensa só apareceu no Brasil com a chegada de D. João, em 1808, ou seja, somente a partir daí se tornou possível imprimir livros e jornais no país (cenário um tanto distinto daquele que observamos no capítulo anterior, concernente aos países europeus). Conforme Lima (2008, p. 225), “o aumento da circulação de impressos foi sem dúvida um dos grandes eixos onde se assentou a expansão da língua pelo Império”. O quadro demográfico brasileiro, pós-independência, era majoritariamente de pessoas negras e “mestiças”, conforme aponta o censo oficial de 1823, apresentado por Castro (2005). Essas pessoas, segundo a autora, compunham 75% do contingente populacional. A elite era, então, proporcionalmente pequena, com vínculos com a antiga metrópole e acesso à formação escolar. Ademais “muitos de seus membros iam a Coimbra para frequentar os cursos superiores, principalmente o curso de direito” (FARACO, 2016, p. 149). Para Lima (2008, p. 235), diante desse quadro populacional, “a ênfase em uma unidade nacional garantida pela língua era uma ideia acionada para elaborar simbolicamente o medo da africanização”.

O Brasil, então, estava saindo da condição de colônia para se transformar em uma monarquia constitucional e permanecia sendo uma sociedade escravista (mesmo que já houvesse um forte movimento nas sociedades, ao redor do globo, para abolir a

escravidão)¹⁸, e, por este motivo, com uma “polarização sociolinguística” (para usar o termo de Faraco) muito maior e com impasses de outra natureza, em relação aos estados europeus. Embora já tivesse existido uma tentativa de unificação linguística no Brasil, com a política do *Diretório dos Índios* (1757), essa política tinha atingido pouca efetividade prática naquele momento, como mostramos no primeiro capítulo. Tal tentativa deixou, em contrapartida, um efeito simbólico e ideológico para a classe dominante.

A língua portuguesa consolidou sua hegemonia, no Brasil, no decorrer do século XIX, colhendo os frutos de políticas linguísticas implantadas anteriormente. Porém, os principais responsáveis pela difusão do português pelo território não foram os portugueses, mas, sim, os africanos e seus descendentes bilíngues (CASTRO, 2015; FARACO, 2016) que tinham o idioma como segunda língua (L2), aprendido por imposição em uma condição precária e traumática. Desse modo, as chamadas “variedades populares” eram faladas pela maioria das pessoas e resultado do contato linguístico de diferentes línguas africanas, indígenas e portuguesa; e da natural mudança linguística. Conforme Lima (2008), uma das indicações do papel dos africanos na propagação da língua portuguesa é deixada pelo historiador Francisco Varnhagen, em seu livro *História geral do Brasil*, publicado entre 1853 e 1855:

Sem identidade de língua, de usos e de religião entre si, só a cor e o infortúnio vinha a unir estes infelizes, comunicando-se na língua do colono, estrangeira a todos, e por isso sempre por eles cada vez mais **estropiada**, em detrimento até da educação da mocidade, que, **havendo começado por aprender com eles a falar** erradamente tinha depois mais trabalho para se desavezar de muitas locuções viciosas. (VARNHAGEN, 1854-1857 apud LIMA, 2008, p.236, grifos nossos)

Como pontua Lima (2008), para além da referência depreciadora do português falado pelos africanos, quando o autor afirma que estes “estropiam” a língua portuguesa, fica o indício do “papel atribuído aos mesmos como difusores do português vernáculo brasileiro. Varnhagen, sem essa intenção, nos comprova a importância dos africanos na difusão da língua” (idem, p.236).

Conforme vimos, de maneira genérica no capítulo anterior, o Romantismo, que tinha dentre as características a exaltação da pátria e das tradições populares, foi um dos movimentos que fomentou a emergência dos estados nacionais e impulsionou um

¹⁸ O fim do tráfico transatlântico se deu por volta de 1853. O tráfico interno, no Brasil, ocorreu até a abolição da escravidão, em 1888 (CASTRO, 2015).

sentimento nacionalista. No Brasil, o movimento surgiu em meio a um período interno conturbado de descontentamento com o comando de D. Pedro I. Assim, na dimensão externa, havia um desejo entre muitos brasileiros de se desvencilhar de tudo que dizia respeito a Portugal, e assumir uma identidade própria, buscando valorizar os elementos culturais brasileiros. Dentre os escritores românticos encontravam-se alguns críticos do excesso de lusitanismo no Brasil e que defendiam um abasileiramento da língua escrita, como José de Alencar e Gonçalves Dias (FARACO, 2016), os quais aceitavam introduzir marcas de oralidade em seus textos.

De outra parte, também existiam escritores – os puristas – que, contraditoriamente, buscavam uma aproximação com o português europeu. E havia, também, aqueles que não defendiam o português brasileiro, mas queriam outros “modelos civilizatórios” que não fosse o de Portugal, como França, Grécia e Roma – considerados superiores –, a exemplo dos poetas José Bonifácio e Junqueira Freire (Cf. TOLEDO, 2020). Além do mais, mesmo Alencar e Dias também consideravam que era necessário estabelecer limites para o que era aceitável incorporar do português brasileiro (FARACO, 2016). Ainda é importante notar que o foco desses escritores românticos era no português utilizado pela própria elite letrada brasileira, cuja variedade linguística também não correspondia rigorosamente àquela utilizada em Portugal (ibidem).

Ou seja, nas primeiras décadas do século XIX, já se projetava um olhar mais apurado para as particularidades do português utilizado no Brasil, com enfoque em delimitar uma identidade nacional. Havia um sentimento contraditório, se seria o português europeu ou as variedades populares que deveriam ser combatidas. Assim, “Independentemente do critério seguido, todas essas tentativas de se pensar a nacionalidade pela língua apontam para a reivindicação de uma individualidade inspirada pela recém-declarada independência brasileira.” (TOLEDO, 2020, p.14). Para além desse desejo de autonomia cultural e intelectual, Lima (2008) atenta para a importância de examinar a dimensão interna, desse processo de preocupação com a identidade nacional, utilizando o conceito de “expansão para dentro”, de Ilmar Rohloff de Mattos. Segundo a autora, esse conceito “elucida o movimento de expansão interna da classe senhorial, processo relacionado à sua própria formação como classe, bem como à formação do Estado, com seu aparato não só administrativo, mas pedagógico e simbólico” (LIMA, 2008, p.216).

Era tácito o entendimento, entre intelectuais, agentes políticos e a administração estatal, de que a língua falada no Brasil se diferenciava em muitos aspectos daquela falada em Portugal, reconhecimento oferecido principalmente ao nível linguístico lexical. Desse modo, o século XIX foi marcado, desde a Independência, por polêmicas a respeito das particularidades e oscilações terminológicas em torno da língua falada em nosso território, sendo denominada tanto de “língua nacional”, como de “língua portuguesa, língua brasileira, português” entre outras (FARACO, 2016).

A designação da língua do Brasil, incerta como a sua vigência, oscilava entre dialeto brasileiro (Alencar, Macedo Soares, Araripe, Romero), luso-brasileiro (Macedo Soares, Batista Caetano, Paranhos da Silva), luso-americano (Romero), neoportuguês (Araripe), enfim, o “nosso idioma”, língua em formação, para a maioria, mas já suficientemente diferenciada da de Portugal, pela maior riqueza léxica, por peculiaridades fonológicas e sintáticas [...]. (PINTO, 1978 apud FARACO, 2016, p.167)

Sendo que a expressão “língua nacional” apareceu pela primeira vez, no âmbito legislativo, com a lei de 15 outubro de 1827 que tratava da criação de escolas, onde em seu artigo 6º vinha expresso: “Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da **língua nacional**, e os princípios da moral cristã [...]” (BRASIL, 1827 apud FARACO, 2016, p. 166, grifo do autor). O peso do termo “nacional”, e a simbologia e a ideologia em torno dele vão se adensando ao longo do século. Lima (2008) mostra que no ano anterior à criação da lei, houve um debate acalorado na Câmara dos Deputados, diante da definição de qual deveria ser a prioridade da educação: a formação da população em geral ou a formação de quadros para administração.

Independente da polêmica acerca da prioridade dos estudos superiores ou primários, não resta dúvida de que o letramento era algo que inquietava aqueles deputados da primeira legislatura. Saber ler e escrever: parece que aí gostariam de assentar a ordem que buscavam representar, a nação que estavam a imaginar. (LIMA, 2008, p.224).

Já nesse debate, Lima (2008), analisando os anais do parlamento brasileiro, especificamente as sessões que discutiram a criação dessa lei, resgata apelos interessantes que apareciam nas falas dos deputados a respeito das leituras que

deveriam ser recomendadas nas escolas. Por exemplo, o deputado Odorico Mendes preocupava-se em estabelecer que a instrução se desse a partir dos “clássicos da língua portuguesa”, “sem **mistura** de língua” (apud LIMA, 2008, p.229, grifo nosso); e o deputado Lino Coutinho recomendava que a escolha de livros para estudos da gramática deveria se dar em prol da “**pureza** de linguagem portuguesa” (ibidem, grifo nosso).

A partir da metade do século em diante, o português brasileiro passou a ser valorado negativamente, de maneira cada vez mais contundente, como “atravessado”, “impuro”, “imperfeito”. Essa língua incomodou e foi desprezada pela classe dominante, pois foi identificada como o falar da população pobre, negra, sem acesso à escolarização e à cultura. Eltermann (2018) aponta como a ideia da nação brasileira foi projetada para o futuro, por muitos dos intelectuais desse período, os quais estavam influenciados, sobretudo, pelo darwinismo social. Tal teoria preconizava que a raça “superior” predominaria no ambiente, enquanto as “inferiores” desapareceriam. É como se a materialização da nação brasileira dependesse de o “problema” da “miscigenação racial” ser resolvido. “Em um ambiente em que a *mestiçagem* era reflexo de um intenso contato racial e linguístico, a *mistura* das línguas faladas pelo povo brasileiro poderia ser um triunfo ou uma derrota da nação que estava por ser construída [...]” (TOLEDO, 2020, p.9, grifo da autora).

O futuro da nação fundamentar-se-ia na reprodução das civilizações “superiores”, através do expediente da política de branqueamento da população. Esse “civilizar” pode ser lido como “europeizar”, utilizando a relação feita por Lilia Schwarcz (apud FARACO, 2016). “Com base no evolucionismo, os intelectuais acreditavam que os indivíduos iriam historicamente se aperfeiçoando, o que faria o contato inter-racial promover a vitória da raça dita ‘superior’.” (ELTERMANN, 2018, p.85).

As ideias de que existiriam línguas “superiores” e línguas “inferiores”, que tiveram como maior expoente moderno a Alemanha nazista, reverberaram no Brasil, através de modelos raciais aplicados às ciências e dos estudos comparativos. Intelectuais, professores e o aparelho estatal passaram a almejar um modelo ideal de língua, simbólico, sem nenhuma base na realidade brasileira e que olhava para um passado – sua filiação à língua falada em Portugal, ou até ao grego e ao latim. Segundo Faraco (2016, p. 154), os “puristas do século XIX” objetivavam “vencer todas as diferenças, eliminar qualquer perspectiva de abasileiramento da língua escrita”, pois, para eles, os

brasileiros estavam corrompendo o idioma. Esse grupo tinha a seu dispor as instituições e os instrumentos de poder como: o Colégio Pedroll, fundado em 1837, que “foi referência de todo o sistema educacional secundário do Império e da República até 1950 e principal sede do processo de gramaticização do português no Brasil” (ibidem); o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, o qual acabava exercendo o papel de “inventar nossos mitos fundadores” (ibidem) e era a “mais expressiva instituição de saber do período imperial” (TOLEDO, 2020); e a Academia Brasileira de Letras, criada em 1897.

Eltermann (2018) destaca, também, o papel do movimento conhecido como Escola do Recife, cujos membros orientavam-se por teorias positivistas, evolucionistas e materialistas, a exemplo de Sílvio Romero e Joaquim Nabuco. Este último, que foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, proferiu o seguinte discurso na Sessão inaugural da instituição em 1897¹⁹:

A **raça portuguesa**, entretanto, **como raça pura**, tem maior resistência e **guarda assim melhor o seu idioma**; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à **deformação que é mais rápida entre nós**; devemos reconhecer que **eles são os donos das fontes**, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. A língua é um instrumento de ideias que pode e deve ter uma fixidez relativa. Nesse ponto tudo devemos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à **pureza do nosso idioma**, a **conservar as formas genuínas**, características, lapidárias, da sua grande época [...]. (NABUCO, 1897, grifos nossos)

Temos aí, um discurso em prol do conservadorismo e da “pureza” linguística, onde o português brasileiro é reduzido a uma deformação e é considerado sujeito a um “empobrecimento” linguístico vertiginoso. A justificativa para que Portugal “guarde melhor o idioma”, do que o Brasil, é sustentada, por Nabuco, por ser uma nação de “raça pura”; ao contrário dos brasileiros – é o que fica implícito nesse trecho.

Sobre a produção literária da época, Alkmim (2008, p. 251) nota que uma parcela considerável da literatura brasileira, obras de prosa e ficção, procurou “construir seus personagens negros e escravos com a ajuda de marcas linguísticas que assinalavam o caráter ‘desviante’ de suas falas em relação à fala de personagens brancos”. Ainda no âmbito literário, Castro (2015) aponta o crítico literário Sílvio Romero como pioneiro na

¹⁹ O discurso de Joaquim Nabuco está disponível na homepage da Academia Brasileira de Letras em: <https://www.academia.org.br/academicos/joaquim-nabuco/discurso-de-posse>. Acesso em: 13 jul. 2022.

menção às línguas africanas no Brasil, o qual, segundo a autora, dizia ser vergonhoso “o fato de cientistas brasileiros nada terem feito de estudos sobre as línguas e religiões africanas” (idem, p.49), até aquele momento. Até a publicação da sua obra *Estudos sobre a poesia popular no Brasil*, em 1888, só havia praticamente uma publicação anterior de relevância, que havia sido divulgada há quase dois séculos antes, em 1697. Trata-se da obra *Arte da língua de Angola*, do padre Pedro Dias, ainda com o objetivo de auxiliar na doutrinação jesuítica.

No âmbito dos estudos sobre as heranças africanas, destaca-se o trabalho de Castro, cujo foco é resgatar os elementos etnográficos para renovar os estudos afro-brasileiros nos estudos em linguagem, sob uma nova ótica. Desse modo, ela desconta, de sua investigação, a análise das teorias de cunho rácio-biológicas que sabia existir nos trabalhos de Sílvio Romero. A referência de Romero por Castro expõe a sua importância, que por ser o pioneiro, teria sua fala amplificada pelo ineditismo do tema. Infelizmente, a visão de Romero sobre as línguas africanas era depreciativa e negativa, pois pautava seu trabalho no darwinismo social, “fazia uma abordagem sociológica da literatura e acreditava na importância da raça e do meio ambiente para a compreensão das obras artísticas” (ELTERMANN, 2018, p.90). Ele acreditava na “pureza” linguística e na existência de raças “superiores” e “inferiores”, além da hierarquia entre elas. Para ele, éramos um “povo que descendemos de um estragado e corrupto ramo da velha raça latina, a que juntara-se o concurso de duas das raças mais degradadas do globo, os negros da costa e os pelles vermelhas da America [...]” (ROMERO, 1888 apud ELTERMANN, 2018, p.91), de modo que seríamos uma nação sem nenhuma qualidade meritória. Eltermann (2018) demonstra que, em seu discurso, Romero concebia uma hierarquia em que o português era mais civilizado que o africano, que por sua vez, era superior ao indígena. Esse discurso ultrapassava a questão biológica e o meio social, valendo tanto para sujeitos quanto para suas línguas, as quais equivaliam a organismos vivos, dentro da teoria que orientava o crítico literário.

No âmbito da esfera escolar, como exposto no capítulo anterior, a escola trata-se de uma das instituições mais importantes para efetivar a padronização linguística e para a produção de unidade nacional. A necessidade de disciplinar mais firmemente o uso da língua portuguesa veio com a massificação do ensino, ocasião em que os autores das gramáticas escolares se tornaram ainda mais prescritivistas. O ensino da língua

portuguesa, como disciplina escolar, ocorreu após 1870. Em 1887, ocorreu uma reformulação dos programas de português do Colégio Pedro II. Quatro gramáticas eram compatíveis com o programa do colégio e fundaram a gramaticografia brasileira: a *Grammatica portugueza*, de João Ribeiro; a *Grammatica portugueza*, de Alfredo Gomes; a *Grammatica da lingua portugueza*, de Pacheco da Silva Jr. e Lameira de Andrade; e a *Grammatica analytica*, de Maximino Maciel (FARACO, 2016). Sobre o primeiro gramático, João Ribeiro, Castro (2015) destaca a sua importância como sendo o primeiro intelectual a escrever sobre “a história da língua portuguesa no Brasil voltada para suas raízes africanas” (idem, p.49), com a publicação de seu *Dicionário Gramatical*, em 1889, onde incluiu o vocábulo “negro, elemento”. No entanto, Ribeiro também acreditava que os africanos deturpavam o português e tinha uma visão negativa a respeito dos seus falares (ELTERMANN, 2018).

Outro autor de grande evidência, principalmente nas quatro décadas seguintes, foi Nina Rodrigues, que publicou, em 1890, as “primeiras pesquisas de campo sobre línguas e religiões africanas no Brasil” (CASTRO, 2015, p. 49), e entendeu que as mudanças linguísticas, no português falado pelos africanos, eram bem mais profundas do que se imaginava até então. Essas iam além do nível lexical, como por exemplo a redução das formas verbais e a simplificação das flexões de plural, que estão no nível morfossintático. Contudo, o autor nomeava essas diferenças de “grosseiras”. Sua obra *Os Africanos no Brasil*, a mais significativa, foi publicada, postumamente, em 1933. Castro (2015) o considera o precursor dos estudos africanistas no Brasil, por conta de todos os dados etnográficos que ele recolheu. Porém, em que pese seu interesse pelos falares africanos, esse também era um intelectual orientado pelo darwinismo social, que repudiava a miscigenação racial e acreditava que a presença negra causava danos à nacionalidade brasileira. Nina Rodrigues considerava que as variedades “populares” do português eram incorretas e que “as *interferências das línguas africanas* ocasionavam vícios de fala e *corrompiam* a língua portuguesa da antiga metrópole” (ELTERMANN, 2018, p.98, grifos nossos).

O discurso hierárquico de línguas e suas divisões entre “superiores” e “inferiores” também esteve presente nos escritos do crítico literário José Veríssimo, para o qual “palavras indígenas corrompidas” adulteravam o português, de maneira negativa

(TOLEDO, 2020). Ao analisar a obra *Linguagem*, escrita em 1886 pelo referido autor, Toledo (2020) discorre:

[...] Veríssimo afirma serem as etnias tupi-guarani as principais responsáveis pela “adulteração” do português, disseminando suas “palavras indígenas corrompidas” não somente para referência de nomes da geografia, da flora e da fauna brasileira, ou de “certos utensílios de selvagens com que nos servimos”, mas também “fraseados, idiotismos e cacoetes”. Todas as referências às línguas da família tupi-guarani valem-se de termos disfóricos: “adulteração”, “palavras indígenas corrompidas”, “bárbaros”, “selvagens”, “idiotismos”, “cacoetes”. Nesta relação sugerida por Veríssimo entre o conquistador e o conquistado, entende-se por analogia que assim como uma presa inocula o veneno em seu predador no momento da sua morte, o mesmo fez a língua tupi com a língua portuguesa no Brasil, que se tornou repleta de termos que lhes são estranhos à sua essência original – sua *pureza*, portanto, havia sido maculada pela *mistura*. (TOLEDO, 2020, p.19, grifos da autora)

Em comum, todos esses intelectuais, que atuavam em diversas áreas, desde a literária, linguística, médica, jurídica, política, até a área da antropologia, tinham dificuldades em definir uma identidade brasileira, uma unidade nacional, pois viam a “miscigenação racial” como um problema. Como aponta Toledo (2020, p.4, grifo da autora), “ao longo do século XIX, os sentidos da ideia de mestiçagem nas letras brasileiras podem ser observados a partir dos contornos difusos dos pares temáticos *boa língua e má língua, pureza e mistura, unidade e diversidade*”. Assim, os intelectuais empenharam-se em criar uma unidade nacional na língua escrita, argumentando em desfavor de outras línguas e das “variedades populares” faladas em nosso território visto que, conforme atenta Eltermann (2018, p. 82), “as nações eram consideradas desiguais, não estando, portanto, na mesma ordem de evolução, e precisariam passar por determinados estágios para chegar à civilização”. As nações europeias serviram de modelo a ser seguido pelo Brasil, em razão de serem consideradas mais “civilizadas”.

Esse foi o pensamento que prevaleceu e saiu vitorioso, no século XIX, fazendo valer o desprezo pela heterogeneidade linguística e pelas variedades ditas “populares”. Embora no círculo acadêmico essas concepções de língua, repercutidas no século XIX, já tenham seu lugar sendo devidamente questionado há um bom tempo, concordamos com Faraco (2016) que localiza nesse momento a construção imaginária, presente em nossa sociedade até os dias atuais, de que nós, brasileiros, não sabemos falar a nossa própria língua e de que a nossa língua mora em outro lugar – Portugal ou um lugar intangível que

“ora atende pelo nome de *Gramática*, ora pelo nome de *Norma Culta*” (idem, p.174) –, enraizando aqui a cultura de que a maneira como falamos é incorreta.

Por fim, vale registrar que a partir das últimas décadas do século XIX houve uma grande onda imigratória estimulada pelo Estado, na perspectiva de políticas de branqueamento da população, para ocupação de terras no sul do país; e incentivada, igualmente, por proprietários de terras, sobretudo produtores de café que precisavam garantir a força de trabalho pós-abolição da escravatura (FARACO, 2016). Além de mais portugueses, vieram em grande número: italianos, espanhóis, alemães, japoneses, sírios e libaneses, poloneses e ucranianos. Estima-se que entraram, nessa época, no Brasil, “aproximadamente 4.000.000 de imigrantes” (FARACO, 2016, p.157). Entretanto, o tratamento dado a esses imigrantes foi muito distinto daquele destinado aos povos indígenas e africanos. As ideias hierárquicas de língua e raça serviram para que o proletário branco, até o mais explorado, visse a si mesmo como superior. Havia, nesse contingente, indivíduos escolarizados (artesãos, comerciantes etc.) que logo ascenderam socialmente, tendo a oportunidade de aprender a variedade prestigiada do português no meio urbano; e existiam grupos, os colonos do sul, que ficaram isolados durante algumas décadas e adquiriram o português tardiamente. Para exemplificar a abordagem diferenciada, Gregory (2007 apud FARACO, 2016, p. 161) observa que “Da Alemanha vieram professores contratados pelos colonizadores, cujo papel tinha por meta ensinar a ler, a escrever, a contar e a transmitir valores comunitários e culturais, o que poderia significar manter costumes e tradições”. Mesmo com todo o tratamento singular, esses imigrantes também sofrerão eventualmente, no século XX, com as políticas de silenciamento de línguas *estrangeiras* promovidas pelo Estado novista brasileiro.

Essas polêmicas em torno da língua nacional aprofundaram-se em diferentes sentidos nas primeiras décadas do século XX, tendo um encaminhamento institucional definitivo em 1946, ocasião em que uma emenda à constituinte, promulgada naquele ano, determinou que se universalizaria – na prática, unificou uma variedade linguística – a língua portuguesa e que uma comissão, composta por filólogos, membros da Academia Brasileira de Letras, membros de instituições de ensino (inclusive militares) e deputados federais, seria a responsável por denominar o idioma nacional. Essa comissão optou pela designação *língua portuguesa*, em detrimento da terminologia *língua brasileira*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de consolidação do estado nacional brasileiro é longa e complexa, envolvendo vários atores e sendo resultado da articulação de uma série de movimentos históricos, que tem em seu centro uma profunda desigualdade social e linguística, atravessada por quase quatro séculos de escravidão. Não conseguimos dar conta de toda a trajetória da constituição da língua nacional, que se estende por mais meio século e abarca o movimento modernista brasileiro, as campanhas de nacionalização do ensino, as perseguições do Estado Novo, uma reorientação da questão da “miscigenação racial”, e a atuação de novos atores na esfera intelectual que posteriormente deram início à criação do mito da democracia racial, entre outros. O nacionalismo, como vimos, é um processo contraditório, que precisa dar conta de instituir uma identidade e uma língua comum para um povo de realidades étnicas e socioeconômicas diversas, além de linguisticamente heterogêneas.

Tentamos mostrar como a noção de língua não é um constructo neutro, mas que está sujeita à posição social de seus falantes. Buscamos evidenciar os elementos político-ideológicos presentes na *invenção* da língua nacional, atentando para a particularidade brasileira, que no transcurso de sua padronização desprezou o uso real da língua falada pela maioria, orientada por teorias de cunho rácio-biológicas. Como o Estado brasileiro não podia desprezar a sua realidade “mestiça” e nem alterar sua composição étnica prontamente, mirou a herança da língua de Portugal e a tradição greco-romana como garantias simbólicas de “civilização”. Os discursos puristas da tradição greco-romana foram ressignificados no século XIX, com a eclosão do darwinismo social, e as línguas passaram a ser categorizadas como organismos vivos, por meio de estudos comparativos e genealógicos, e analisadas sob um caráter racial. A língua passou a atuar como um marcador social de diferenças. O Brasil criou, em seu imaginário, um complexo de inferioridade e um apego a um modelo imaginário de língua que resulta em altos níveis de insegurança linguística em seus falantes e inúmeros preconceitos linguísticos.

O que ocorreu em 1946, a instituição e denominação da língua nacional, sintetizou a discussão em torno dos elementos que evidenciamos ao longo deste trabalho: a hierarquização de sujeitos e línguas moldadas por ideologias racializantes, o apagamento

e silenciamento de línguas, a instituição de um *monolinguismo social* e o uso político, ideológico e simbólico das línguas. Em trabalhos futuros, poderemos dar conta de abranger os acontecimentos do século XX, que consolidaram a definição da língua nacional no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALKMIM, Tania. Falas e cores: um estudo sobre o português de negros e escravos no Brasil do século XIX. *In*: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (orgs.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa, 2008. p.247-264.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p.
- ALONSO, Lara. Ideologías raciolingüísticas. *In*: ROJO, Luisa Martín; PUJOLAR, Joan (coords.). **Claves para entender el multilingüismo contemporáneo**. 1. ed. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2020, p. 199-228.
- BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BALIBAR, Étienne. A forma nação: história e ideologia. *In*: BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raça, nação, classe: as identidades ambíguas**. Tradução de Wanda Caldeira Brant. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021b. p.129-150.
- BALIBAR, Étienne. Racismo e nacionalismo. *In*: BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raça, nação, classe: as identidades ambíguas**. Tradução de Wanda Caldeira Brant. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021a. p.75-107.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 31 jan. 2022.
- CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. Corrigir e dominar: língua, história e poder no Brasil. *In*: CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. **A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 17-57.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2005.
- ELTERMANN, Ana Cláudia Fabres. A relação entre as concepções de língua e de raça no final do século XIX no Brasil. **Revista da Abralin**, v. 17, n. 2, p.78-101, 2018.
- FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- FLORES, Nelson; ROSA, Jonathan. Undoing Appropriateness: Raciolinguistic Ideologies and Language Diversity in Education. **Harvard Educational Review**, v. 85, n.2., p.149-

171, 2015. Disponível em: <https://blogs.umass.edu/jdrosa/files/2015/01/HER-Undoing-Appropriateness.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?**: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. A História da Gramática no Brasil: do normativo ao científico. *In*: SÁ JÚNIOR, Lucrecio Araújo de; MARTINS, Marco Antonio (orgs). **Rumos da linguística brasileira no século XXI**: historiografia, gramática e ensino. São Paulo: Blucher, 2016, p. 43 -56. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/article-list/rumos-da-linguistica-brasileira-no-seculo-xxi-311/list#undefined>. Acesso em: 11 fev. 2022.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. *In*: KI-ZERBO, Joseph (ed.). **História geral da África, I**: Metodologia e pré-história da África. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 167-212.

HARRIS, Roy. A crítica integracionista à linguística ortodoxa. Tradução de Ana Cláudia Fabre Eltermann e Cristine Gorski Severo. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 19, n. Special issue (2022): Integracionism and Language Ideologies, 2022, p. 7324 – 7333. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/84887/48319>. Acesso em: 03 mar. 2022.

HELLER, Monica; MCELHINNY, Bonnie. **Language, capitalism, colonialism**: toward a critical history. University of Toronto Press, 2017.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IRVINE, Judith. T.; GAL, Susan. Language ideology and linguistic differentiation. *In*: P. V. Kroskity, (Ed.). **Regimes of language**: Ideologies, politics, and identities. Santa Fe: School of American Research Press, 2000, p.35-84. Disponível em: <https://web.stanford.edu/~eckert/PDF/IrvineGal2000.pdf>. Acesso em 05 fev. 2022.

LAGARES, Xoán Carlos. Língua, Estado, Mercado. *In*: LAGARES, Xoán Carlos. **Qual política linguística?**: desafios glotopolíticos contemporâneos. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018. p. 49-119.

LIMA, Ivana Stolze. Escravidão e comunicação no mundo atlântico: em torno da “língua de Angola”, século XVII. **História Unisinos**, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 109-121, 30 jan. 2017. UNISINOS – Universidade do Vale do Rio Dos Sinos.

LIMA, Ivana Stolze. Língua nacional, história de um velho surrão. *In*: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (orgs.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa, 2008. p.215-245.

MAKONI, Sinfree B. Da linguística humana ao sistema “d” e às ordens espontâneas: uma abordagem à emergência das línguas indígenas africanas. Tradução de Alexandre Cohn da Silveira. **Revista da Abralín**, v. 17, n. 2, p.376- 419, 2018.

MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair. Desinventando e (re)constituindo línguas. Tradução de Cristine Gorski Severo. **Working Papers em Linguística**, v. 16, n.2, p.9-34, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2015v16n2p9/33175>. Acesso em: 31 jan. 2022.

MARIANI, B. S. C. Políticas de colonização lingüística. **Letras**, Santa Maria, RS, n.27, p. 73-82, 2003. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/letras/article/view/11900/7322>. Acesso em: 01 nov. 2021.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MONTEAGUDO, Henrique. A invenção do monolingüismo e da língua nacional. **Gragoatá**, Niterói, RJ, v.17, n.32, p.43-53, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v17i32.33031>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

NOGUERA, Renato. Os gregos não inventaram a filosofia. **Revista Cult**, São Paulo, 2 jul., 2016. Filosofia. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/os-gregos-nao-inventaram-filosofia/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico. **Revista Linguagem**, São Carlos, v. 11, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/article/view/591>. Acesso em: 31 nov. 2021.

RAJAGOPALAN, K.. Linguagem e xenofobia. *In*: RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003b, p.89-98.

RAJAGOPALAN, K.. Sobre a dimensão ética das teorias linguísticas. *In*: RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003a, p.49-56.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVERO, Cristine Gorski. Línguas e heranças africanas no Brasil: articulando política linguística e sócio-história. **Revista da Abralín**, v. 17, n. 2, p. 16-45, 2018.

SOARES, Luciana. Cala e diz. *In*: MELO, Manuella Bezerra de; VAZ, Wladimir (orgs.). **Volta para tua terra**: uma antologia antirracista/antifacista de poetas estrangeirxs em Portugal. São Paulo: Editora Urutau, 2021.

TOLDEDO, Allice. A língua e a raça: a mestiçagem como uma ideia linguística das letras brasileiras do século XIX. **Revista da Abralín**, v. 19, n. 1, p. 1-25, 2020.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da lingüística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.